

MANOEL COSTA CARNAHYBA.

C A R A C T E R I Z A Ç Ã O D A E V A S Ã O N A S  
E S C O L A S E S T A D U A I S D E 2 º G R A U  
R I O C L A R O - S P.

Dissertação apresentada como exigência parcial para a -  
obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

À Comissão Julgadora da

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1979

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

COMISSÃO JULGADORA

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Sou grato - pelas correções e sugestões,

Ao Prof.Dr. Casemiro dos Reis Filho-Orientador da Dissertação,

Ao Prof.Dr. James Patrick Maher-Orientador de Programa e

À Profa.Dra. Arlette D'Antola-Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Supervisão e Currículo da PUC SP.

### Pelo apoio e incentivo,

Ao Prof.Dr. Marconi Freire Montezuma-Prof. de Psicologia Educacional do Departamento de Psicologia da Faculdade de Educação da UNICAMP.

### Por oportunas observações,

Aos demais professores da Faculdade de Educação da UNICAMP com quem trabalhei durante o curso.

### Aos amigos

Maria de Lourdes Doria do Valle,

Caio Soares Pinto e

Cláudio de Sousa

- Que gravaram em cassetes os textos utilizados durante o curso.

Lily M. Roth

- Que transcreveu, em braille, textos analisados no curso.

Arlindo Barauskaite Vasiunas

- Auxiliar eficiente e dedicado na localização das publicações.

A um sem número de pessoas que colaboraram, de uma forma e/ou de outra, mas, sempre, inestimavelmente.

### A todos os amigos e familiares

- Pela compreensão e estímulo.

C A R A C T E R I Z A Ç Ã O D A E V A S Ã O N A S  
E S C O L A S E S T A D U A I S D E 2 º G R A U  
R I O C L A R O - S P

RESUMO

Esta é uma dissertação bibliográfica e de campo. Confronta-se a prática da educação brasileira, via-evasão escolar, com o seu discurso.

Na introdução esclarece-se, inicialmente, que nem todos os alunos terminam os cursos iniciados. Diversos fatores concorrem para tal fato, sendo, porém, a deserção escolar um dos principais.

Mas esta só constitui um problema para uma sociedade que tenha por princípio a educação para todos - ou para muitos. Nesse sentido a evasão corresponde a um sério sintoma da ineficiência escolar. Sendo a escassez informativa a propósito, causada, em boa parte, pela maneira como se procede, nas escolas, o registro da evasão, este foi escolhido como um problema específico da pesquisa.

Adotou-se, um procedimento bibliográfico- de natureza crítico-organizacional- e de coleta de dados, de modo a focar a deserção numa dupla perspectiva, o seu significado para a escola e o problema de seu registro. A pesquisa realizou-se em quatro escolas de 2º grau, no município de Rio Claro, de 1970 a 1975, abordando os antigos ramos de ensino, secundário, normal e técnico.

No capítulo I, mostra-se que a ideologia liberal-que tem como um dos princípios a educação para todos -de origem muito antiga, corporificou-se no Século XVIII europeu, foi adotada pela burguesia, na defesa -

de seus interesses exclusivos e acabou por difundir-se pelos vários continentes. Por outro lado, as proposições legais fundamentais da educação brasileira e de seus grandes líderes são de tendências liberais.

No entanto (capítulo II), o funcionamento escolar é condicionado pela estrutura social e, em consequência, elitizante.

A análise dos dados coletados (capítulo III) confirma as hipóteses levantadas, da necessidade de estabelecer formas de registro padronizadas (hipótese a) nas escolas, onde foram encontradas maneiras diversas de designar a evasão. Os índices de evasão variaram segundo os ramos de ensino, sendo os maiores os do industrial, correspondendo à escola com maiores problemas administrativo-organizacionais (hipótese b). Por isso, sugere-se aquela padronização e a realização de novos estudos sobre o tema.

I N D I C E

INTRODUÇÃO . . . . . 1

1. Origem do Problema. . . . . 1

2. O Problema . . . . . 2

3. Delimitação do Problema. . . . . 2

4. Procedimento . . . . . 3

5. Hipóteses . . . . . 3

6. Revisão de Literatura . . . . . 4

6.1. O conceito de Evasão . . . . . 4

6.2. A Escassez e Limitação das Informações . . . . . 5

CAPÍTULO I - A INFLUÊNCIA LIBERAL NO PENSAMENTO PEDAGÓGICO -  
BRASILEIRO . . . . . 11

1. O Liberalismo Pedagógico . . . . . 11

2. O Caráter Liberal da Legislação Escolar Brasileira . . . . . 20

3. Noções de Educação e de Sistema Educacional . . . . . 23

CAPÍTULO II - A ESTRUTURA SOCIAL E EDUCACIONAL NO BRASIL..25

1. Aspectos Histórico-Sociais e a Educação Escolar Brasileira . . . . . 25

2. Funções Sociais da Educação Escolar no Brasil. . . 28

2.1. A Caminho do Ensino de 2º Grau . . . . . 28

- 2.2. A Política Educacional Sobre o Ensino Médio-  
ou de 2º Grau . . . . . 32
- 3. Características dos Sistemas Educacionais Bra-  
sileiros que Implicam em Evasão . . . . . 36
- 4. A Evasão Escolar em São Paulo . . . . . 37
- 4.1. A Estrutura Educacional Paulista. . . . . 37
- 4.2. A Escassez Informativa . . . . . 41
- CAPÍTULO III - A EVASÃO ESCOLAR EM RIO CLARO . . . . . 45
- 1. Preliminares . . . . . 45
- 2. O Registro da Evasão . . . . . 48
- 3. Caracterização das Escolas estudadas . . . . . 48
- 4. Análise dos Dados . . . . . 50
- 4.1. O Ensino de 2º Grau . . . . . 51
- 4.2. O Ensino Colegial . . . . . 60
- 4.3. O Ensino Normal . . . . . 66
- 4.4. O Ensino Industrial . . . . . 67
- CONCLUSÕES E SUGESTÕES. . . . . . 74
- 1. Conclusões . . . . . 74
- 1.1. Palavras Iniciais . . . . . 74
- 1.2. Os Resultados de Rio Claro . . . . . 78
- 1.3. As Proposições e Realizações na Escola . . . . . 79

2. Sugestões . . . . . 83

2.1. O Registro da Evasão . . . . . 83

2.2. Necessidade de Novos Estudos . . . . . 83

BIBLIOGRAFIA . . . . . 85

ANEXOS . . . . . 93



INDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADRO I - Desperdício Escolar, Ensino Médio, 1º e 2º Ciclos- Brasil, 1957 . . . . .	8
QUADRO II- Participação do MEC no Orçamento da União. . . . .	34
GRÁFICO I- Sistema Educacional Paulista-Organograma Parcial, Elementos Principais. Vigente - até 28/1/1976 . . . . .	39
GRÁFICO II-Sistema Educacional Paulista-Organograma Parcial - Elementos Principais. Vigente a Partir do Decreto 7510, de 29/1/1976 . . . . .	42
QUADRO III- Crescimento da Rede Estadual, Escolas do Antigo Secundário, SP . . . . .	43
QUADRO IV - Fluxo de Escolaridade, Número Índice de Base Móvel - Evolução Anual da Matrícula Inicial na 1ª. Série- Rede Estadual, 2º Grau- Município de Rio Claro. . . . .	52
QUADRO V - Fluxo de Escolaridade, Evasão- Rede Estadual, 2º Grau- Município de Rio Claro . . . . .	58
QUADRO VI- Fluxo de Escolaridade, Ocorrências por Série- Rede Estadual, 2º Grau-Município de Rio Claro . . . . .	59

QUADRO VII - Fluxo de Escolaridade, Evasão-Rede Estadual- 2º Grau, Ensino Colegial - Município de Rio Claro . . . . .	.63
QUADRO VIII- Fluxo de Escolaridade, Ocorrências por série- Rede Estadual, 2º Grau, Ensino Colegial- Município de Rio-Claro . . . . .	64
QUADRO IX - Fluxo de Escolaridade, Desperdício- E Evasão, Totais-Rede Estadual, 2º Grau- Município de Rio Claro . . . . .	.65
QUADRO X - Fluxo de Escolaridade, Ocorrências- por série- Rede Estadual, 2º Grau, Ensino Normal- Município de Rio - Claro . . . . .	68
QUADRO XI - Fluxo de Escolaridade, Evasão - - Rede Estadual, 2º Grau, Ensino Industrial- Município de Rio Claro . . . . .	.70
QUADRO XII- Fluxo de Escolaridade, Ocorrências por Série- Rede Estadual, 2º Grau, Ensino Industrial- Município de -- Rio Claro . . . . .	71
QUADRO XIII- População Escolarizável e Escolarizada, 2º Grau- Estado de São Paulo - 1970 e 1975- NÚMERO-ÍNDICE DE BASE MÓVEL . . . . .	.82

FORMULÁRIO

FÓRMULAS UTILIZADAS NO CAPÍTULO III

(1)  $Mf = Mi + Tr - Te - E - B$  onde:

Mf = Matrícula final = Matrícula efetiva de dezembro

Matrícula efetiva de dezembro = número de alunos que efetivamente terminaram o ano no curso.

Mf = Aprovados + reprovados

Mi = Matrícula inicial = registro dos alunos no início de março, antes de qualquer ocorrência

Tr = Transferências recebidas = alunos que vieram de ou tros estabelecimentos, durante o ano

Te = Transferências expedidas = alunos que foram para - outros estabelecimentos, no correr no ano;

E = Evasões ocorridas durante o ano

B = Óbitos verificados durante o ano . . . . .47

(2)  $Cc = Mi_1$  . . . . . 54

(3)  $Cc \neq Mi_1$  . . . . . 54

(4)  $Cc = Mi_1 + Tr - Te - (R+E+B)$  onde

Cc = Conclusões de curso

Mi<sub>1</sub> = Matrícula inicial na 1a.série do curso

Tr = Transferências recebidas

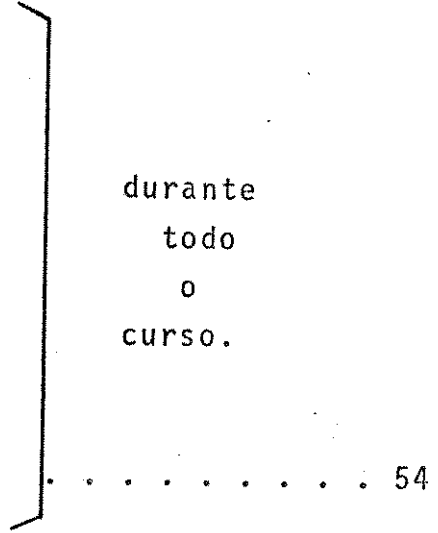
Te = Transferências expedidas

R = Reprovações

E = Evasões

B = Ôbitos verificados

durante  
todo  
o  
curso.



(5)  $Mi_1 + Tr - Te = Cc + R + E + B$

Cujos elementos têm o mesmo significado da fórmula anterior . . . . . 54

(6)  $D = R + E$

Onde:

D = Desperdício

R = Reprovações

E = Evasões . . . . . 55

(7)  $D = Mi_1 + Tr - Te - Cc$  . . . . . 55

CARACTERIZAÇÃO DA EVASÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 2º GRAU  
RIO CLARO - SP

INTRODUÇÃO

I - ORIGEM DO PROBLEMA.

Desde há muito, em minha vivência escolar, quer como estudante, quer como profissional docente, venho observando que muitos indivíduos não concluem os cursos que iniciam. De fato, a literatura educacional mostra que, num período letivo qualquer, seja uma série ou um curso, a matrícula final é menor do que a matrícula inicial. Vou chamar a essa discrepância de desperdício escolar ou, simplesmente, desperdício, ou perda.

Tal discrepância, entretanto, não se reduz à simples observação da diferença estatística ou numérica entre as matrículas inicial e final; resulta da conjugação de vários fenômenos, como a repetência, os óbitos, as transferências e encobre ainda a evasão escolar ou deserção, que é a desistência ou abandono do estudo durante o período letivo, com ou sem retorno no período letivo seguinte ou em outros períodos.

Este fenômeno de aparência simples é, no entanto, responsável pela grande ineficiência das escolas brasileiras, como diversos autores já assinalaram.

Neste trabalho, pretendemos localizar num espaço restrito o fenômeno, para poder analisá-lo e caracterizá-lo.

## 2 - O PROBLEMA.

Considerando que o lugar de ocorrência do processo educativo escolar são os sistemas educacionais e que estes vêm-se constituindo em empreendimentos cada vez mais importantes, atingindo coletividades maiores a cada dia, é que a evasão se torna um problema, pois é um indicador de desperdício ou de baixa produtividade das escolas. Assim, a legislação escolar brasileira determina a "formação integral do adolescente" e a profissionalização como objetivos do ensino de 2º Grau a serem atingidos através dos sistemas educacionais. A deserção, porém, frustra o atingimento dos objetivos educacionais, bem como aponta para a existência de outros graves problemas na cadeia de fenômenos que integram o processo educativo. Como obter a caracterização da evasão escolar de modo a permitir seu registro rigoroso e a possibilitar a análise de seus fatores determinantes?

## 3 - DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.

Considera-se, aqui, para fins de caracterização e análise, o problema da evasão a nível de 2º grau, de um ponto de vista intra-sistêmico, no município de Rio Claro e no período de 1970 a 1975, nas escolas estaduais.

#### 4 - P R O C E D I M E N T O

Adotou-se um procedimento caracterizável como crítico-organizacional e de coleta de dados. Na abordagem crítico-organizacional (capítulos I e II), procurou-se mostrar como os fundamentos da organização escolar brasileira, contidos na legislação própria e no pensamento de grandes educadores, são liberal democráticos, ao passo que o funcionamento escolar é condicionado pela estrutura social e, por isso, elitista. A fase da coleta de dados (capítulo III) permite isolar o fenômeno da evasão dentre os demais intervenientes no fluxo de escolaridade e examiná-lo nas suas diversas características e diferentes formas de registro, a fim de propor uma forma única utilizável pelos administradores escolares.

O procedimento todo (em suas duas fases combinadas) destaca a contradição entre o que se propõe à escola média brasileira e o que com ela se faz, assim como indica a necessidade de os educadores tomarem medidas que venham, senão eliminar, pelo menos atenuar a distância atualmente existente entre a teoria e a prática dentro de nossa escola média.

#### 5 - H I P Ó T E S E S

a) É necessário estabelecer modelos de registro da evasão escolar, de modo a se poder quantificá-la com maior precisão.

b) É possível estabelecer relações funcionais -  
entre:

1) Índices de evasão e problemas organizacio -  
nais da escola.

2) Índices de evasão e tipo ou ramo de ensino.

## 6 - R E V I S Ã O D E L I T E R A T U R A

### 6.1- O CONCEITO DE EVASÃO

Segundo os dicionários (1) evasão significa -  
"ato de evadir-se, fuga".

Tomando-se num sentido genérico, o termo pode -  
ter lugar em educação, confundindo-se com perdas ou des -  
perdício. Assim, diz-se que:

"...de cada 1.000 alunos que entram na pri -  
meira série primária, somente 181 chegam ao  
final do curso, 35 concluem o médio e ape -  
nas 11 se formam na universidade!" (2)

---

(1) Por exemplo, A.B. de Holanda FERREIRA e outros, o Novo -  
Dicionário Aurélio, 1975 e F. da Silveira BUENO, Dicio -  
nário Escolar da Língua Portuguesa, 1976.

(2) A. NISKIER, A Nova Escola, p.15, 1971.



Nesse passo, estamos em nível lato, mascarando outros fenômenos. No caso de um universo fechado - o Brasil, como um todo, por exemplo - mascararam-se principalmente, as repetências e os ôbitos. Em situação análoga coloca-se o tratamento que se faz, abaixo, dos dados de matrícula inicial e matrícula final de Anísio Teixeira.

As demais análises abordadas mais adiante, implicam em conceituações de evasão ou desistência a saber: M.A. Teixeira de Freitas, Moisés I. Kessel, Diva Müller da Rocha e Encyclopedia of Educational Research.

## 6.2. A ESCASSEZ E LIMITAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Vejamos agora com mais detalhes os trabalhos - cujos esboços foram acima antecipados. Os estudos sobre evasão escolar no Brasil, têm sido poucos e restritos - ao ensino primário, isto é, cerca das primeiras quatro ou cinco séries do atual ensino de primeiro grau ou a todo este ensino. Na publicação "O I.B.G.E. E A EDUCAÇÃO", encontramos 3 artigos interrelacionados de M.A. Teixeira de Freitas: "A dispersão Demográfica e a Escolaridade"; "A Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro" e "Ainda a Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro" (3)

No segundo desses artigos - o que mais nos interessa e, certamente, o mais antigo publicado, como abordagem sistemática - utilizando dados do primeiro, Freitas acompanha, pormenorizadamente (ou seja, assinalando todas as ocorrências) o tirocínio escolar da geração -

---

(3) M.A. Teixeira de FREITAS, A Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro, in o I.B.G.E. e a Educação, 1941 .

de 1932 a 1937, correspondente a um curso de três anos - com uma dupla repetência possível por série, e encontra uma evasão aproximadamente de 79,45 %. A situação escolar brasileira, para o referido autor, "já não clamava tanto por novas escolas como por escolas melhores"(4) . Para ele, 1932 era o "único ano por agora, em relação ao qual se pode acompanhar o tirocínio da respectiva geração escolar"(5).

Outrossim, em "Ainda a Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro", onde responde a questões suscitadas por Lourenço Filho sobre seu trabalho anterior, cita Freitas um relatório de 1886 apresentado à seção de estatística anexa à 3a. Diretoria da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, no capítulo referente à instrução primária e secundária nas províncias, em 1874, - acha-se:

"Passando a examinar a relação que existe - entre o número de alunos e o das escolas, o que se poderá chamar o trabalho útil dessas, demonstra a tabela anexa que, na máxima parte das províncias, é mais que suficiente o número das escolas, convindo empregar esforços para que sejam melhor aproveitadas".(6)

Mais tarde, em 1954, Moysés I. Kessel publica - na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (7), três estudos, por ordem do INEP, utilizando o mesmo método - de Freitas, mas para um curso de cinco anos, partindo - de 1945 e correspondendo a um estudo geral do Brasil e dois separados, respectivamente de São Paulo e Rio Grande do Sul, sobre escolas urbanas e distritais e escolas

---

(4) M.A. Teixeira de FREITAS, op.cit.,p.688.

(5) Idem, op.cit.,p.689.

(6) Idem, op.cit.,p.737.

(7) Moysés I. KESSEL, A Evasão Escolar no Ensino Primário, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 56, 1954.

rurais. Ao contrário de seu predecessor, não faz distinção entre os abandonos por óbito e as demais formas de deserção discentes. Depara com 85% de evasão para o Brasil; para o Rio Grande do Sul, 66% nas escolas urbanas e 88,5% nas rurais. A situação era melhor para São Paulo: 48% nas escolas urbanas e 78% nas rurais (estas até a 3a. série). Diga-se, de passagem, Freitas encontrou que a escola brasileira atingia a 81% da população escolarizável, enquanto que, para Kessel, esse número subia a 85%.

Daí para cá, as opiniões se baseiam predominantemente nesses dois trabalhos ou em dados empíricos resultantes da vivência profissional, como no caso de Anísio Teixeira em "Escola Brasileira e Estabilidade Social", em sua obra "Educação no Brasil"(8) e outras publicações do mesmo autor, principalmente na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Analisando as tabelas apresentadas sobre matrículas por A. Teixeira, no seu primeiro artigo, podemos avaliar o desperdício em 1957, para o Brasil, no entorno de 82% no primário; 58% no primeiro ciclo e 52% no segundo ciclo do ensino médio; em todo este ensino, 81% e no primário e médio reunidos, 98% (9). Fundamentando apenas nas matrículas contidas na mesma obra (Educação no Brasil), em 1957, podem-se estimar os seguintes índices de desperdício arredondados:

---

(8) Anísio TEIXEIRA, Educação no Brasil, 1969.

(9) Anísio TEIXEIRA, op.cit.,p.81.

Q U A D R O I.

DESPERDÍCIO ESCOLAR - ENSINO MÉDIO, 1º e 2º CICLOS.  
BRASIL - 1957(10).

RAMOS DE ENSINO	1º CICLO (%)	2º CICLO (%)
COMERCIAL BÁSICO	66	--
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	--	46
GINASIAL	56	--
COLEGIAL	--	50
INDUSTRIAL BÁSICO	53	--
TÉCNICO E MESTRIA	--	54
AGRÍCOLA, INICIAÇÃO E MESTRIA	--	--
TÉCNICO E PEDAGÓGICO	--	38
NORMAL, REGENTE DE ENSINO	44	--
NORMAL, FORMAÇÃO DE PROF. PRIMÁRIO	--	31

Fonte: Quadro composto a partir dos dados da Obra Educação no Brasil - Anísio Teixeira - já citada.

Donde se vê que o ensino normal, no seu 2º ciclo, era o que apresentava o menor índice de perda (31% em 1957) e o maior estava no ensino comercial básico - (66%).

---

(10) Idem, pp.88-89.

Mais recentemente, estão aparecendo enfoques de mestrado e doutorado sobre o tema, como os da Universidade Federal de Sta. Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, citados no Catálogo do Banco de Teses do MEC de 1976. A este ponto, mencione-se o de Diva Müller da Rocha (11). Focaliza a autora o atual ensino de 1º grau, ou seja, o antigo primário mais o 1º ciclo do antigo ensino médio. Denomina evasão imediata a diferença entre as matrículas inicial e final, no mesmo ano letivo, e evasão mediata a diferença entre a matrícula final de um ano e a matrícula inicial do ano consecutivo. Faz distinção entre matrícula inicial de novos e de repetentes e matrícula final de aprovados e não aprovados. Preocupa-se com as causas da evasão escolar, indicando sua investigação como causa principal a necessidade de trabalhar.

Todos atentam fortemente para a permanência da gravidade do problema, apesar de não dispormos de parâmetros que permitam avaliar corretamente os nossos índices de deserção e o que eles possam significar, em virtude da escassez de pesquisas. Tomando-se a literatura estrangeira (12), sem embargo da limitação que isso -- significa, pode-se observar que a evasão, nos Estados Unidos da América, diminuiu à medida que se melhorou o ensino - em termos de melhor preparação do pessoal (professores, orientadores etc), maior extensão da vida escolar (dias letivos mais longos e mais numerosos, maior-

---

(11) Diva MÜLLER da ROCHA, a Problemática do Fluxo Escolar - Através da Evasão e da Repetência-Ensino de 1º grau, Santa Maria, 1972.

(12) Robert L. EBEL e outros, DROPOUT: Causes and Consequences, in Encyclopedia of Educational Research, 1969 .

número de séries escolares etc), currículos mais adequadamente elaborados, melhores condições materiais, maiores somas investidas - registrando 93%, em 1900 e caindo para 33% a partir dos anos 50, na escola secundária.

"Durante os últimos 60 anos, a qualidade da educação pública, nos Estados Unidos da América, tem melhorado sensivelmente. Ampliou-se e enriqueceu-se o currículo, para melhor satisfazer as necessidades dos estudantes. Os professores empregam mais tempo em preparar-se, a qualidade de sua preparação é melhor. O ano escolar estendeu-se assim como o dia letivo. Mais jovens e crianças frequentam a escola e um número maior se gradua na escola secundária e college. A escolaridade média apresentada pelas pessoas militantes na força de trabalho, com 18 anos ou mais, excede a 12 anos - 12,0, para os homens e 12,2, para as mulheres. - Nenhum país na História pode envaidecer-se disso - ou das enormes somas investidas em educação. Apesar dessas vitórias, um agudo e insistente problema permanece... É o problema da evasão escolar!" (13)

Na presente dissertação, baseada em um universo aberto, consideraremos a evasão ou desistência e o desperdício, coletando a matrícula inicial, as transferências expedidas e recebidas, as desistências e os óbitos.

---

(13) Idem, p.308.

## C A P Í T U L O I

### A I N F L U Ê N C I A L I B E R A L N O P E N S A M E N - T O P E D A G Ó G I C O B R A S I L E I R O .

#### I - O L I B E R A L I S M O P E D A G Ó G I C O .

Os autores do Século XVIII, chamados iluministas, nomeadamente Charles de Secondat, barão de Montesquieu (1689-755), Jean-Jacques Rousseau (1712-78), Denis Diderot (1713-84), Jean Antoine Nicolas de Carita, Marquês de Condorcet (1743-94), influenciados por outros de épocas precedentes, como John Locke (1632-704), construíram um corpo de doutrina conhecida por liberalismo clássico. Tal doutrina, defendida por esses autores, sob várias formas, constitui um aspecto sobremodo importante do pensamento de seu tempo e traduziu a reação de um grupo social contra os privilégios, até então existentes na Europa, da nobreza e do clero sobre o restante da sociedade. Essa reação se corporificou, no campo político, pelas revoluções inglesa do século XVII e francesa do século XVIII, realizadas pela burguesia, classe que ascendeu ao poder tirando sua força das revoluções comercial e industrial.

A burguesia adota o liberalismo na defesa de seus interesses exclusivos, aplicando-o a todos os aspectos da vida humana: econômicos, políticos, educacionais etc. Apresenta-o, contudo, como algo extensivo a todos os homens, independentemente de nascimento ou posição social de qualquer espécie, o que passa a ser um valor para o conjunto da sociedade.

Como ideologia burguesa, o liberalismo parece ter suas raízes na reforma protestante, que defende o livre exame das idéias religiosas e destaca o papel importante da educação na formação autônoma do indivíduo, ---

livre exame que constitui, para alguns autores, a origem do subjetivismo moderno. O protestantismo inspira-se inicialmente na tendência mais ampla do pensamento da renascença que, por seu turno, origina-se da cultura greco-romana clássica. De modo que as fontes mais remotas da doutrina pedagógica liberal encontram-se na Grécia clássica, cujo pensamento pedagógico enfatiza a importância da formação da personalidade humana livre e independente.

"O progresso social, com efeito, floresceu em virtude da liberdade de organização da sociedade Grega que estimulava o desenvolvimento de todos os aspectos da personalidade e tinha em sumo apreço todas as formas de expressão do valor individual. Como resulta do dessas características, os Gregos formularam, pela primeira vez, aquele conceito de educação que nós ainda denominamos liberal!" (14)

É claro que há muitas diferenças entre a postura helênica e a dos tempos modernos. Recordemos, por exemplo, que a sociedade Grega mantinha escravos na sua constituição. Não cabe, todavia, nesta caracterização, uma análise das coerências e contradições dos pensamentos liberais - o que ficaria melhor numa obra específica - mas, mostrar rapidamente como emergiu tal linha de idéias nos tempos modernos, tomou corpo no século XVIII e porque influenciou na política educacional brasileira.

---

(14) Paul MOROE, História da Educação, p.27, 1977.



Assim, lembremos alguns pontos: o protestantismo, apoiando-se na interpretação individual da bíblia, tinha, como consequência, a necessidade da alfabetização e sendo essa tarefa sobre-modo cara, os reformadores atribuíram-na ao Estado. Locke é um dos primeiros a conceber uma educação integral do indivíduo, física, intelectual e moralmente. Uma vez que não admite idéias inatas, para ele tudo o que o homem é, deve-o a educação. Expõe suas idéias pedagógicas em pensamentos sobre Educação e em Ensaio sobre o Entendimento Humano. Montesquieu, em O Espírito das Leis procurou estabelecer os fundamentos da organização do Estado e das relações político-sociais dos indivíduos, sendo a educação do cidadão um dos matizes principais do processo educativo. Em O Emílio, Rousseau expõe suas idéias básicas de educação e em Considerações Sobre o Governo da Polônia, escrito em 1.772, encontra-se seu pensamento sobre educação pública, tema este que fôra tratado por Montesquieu em O Espírito das Leis (15).

Tanto Diderot quanto Condorcet colocaram como condição para a formação integral do indivíduo a participação do Estado na promoção e manutenção da educação; e, por conseguinte, na gratuidade escolar, pelo menos em nível primário. Diderot redigiu, em 1.762, para Catarina II da Rússia, os "Planos e Estatutos dos Diferentes Estabelecimentos", em que pede o ensino organizado pelo Estado, a criação de escolas e nomeação de um diretor geral de ensino. Condorcet, por ordem da Assembléia Legislativa Francesa, elabora e apresenta, em abril de 1.792, seu Plano de Instrução Pública ou Rapport, que não chegou a ser discutido, mas serviu de referência e orientação para desenvolvimentos posteriores.

---

(15) Cf. Lorenzo LUZURIAGA, Historia de la Educaci3n y de la Pedagogia, caps. XIV e XV, 1964.

Como consequência da ação e das idéias dos pensadores liberais, a educação do século XVIII apresentou as seguintes características principais:

- 1 - Tem início a educação estatal ou pública, - obrigatória e gratuita (pelo menos no nível primário), que se expande e se consolida no século seguinte, nos países mais adiantados.
- 2 - Inicia-se o laicismo no ensino, que era dominado antes pelas igrejas católica e protestante.
- 3 - Organização da escola pública como unidade-orgânica, do primário à universidade.
- 4 - Substituição no currículo, da educação religiosa pela educação moral e cívica.
- 5 - Crença no primado da razão na vida e nos indivíduos.
- 6 - Livre desenvolvimento da personalidade individual.
- 7 - Igualdade de oportunidades educacionais.
- 8 - Seleção dos alunos mediante avaliação da capacidade individual e não segundo a classe-social de origem ou qualquer outro arbítrio.  
(16).

---

(16) Lorenzo LUZIRIAGA, op.cit., caps. XIV e XV.

O liberalismo procura estabelecer princípios gerais que regulem a ação humana, o primeiro dos quais é o da liberdade de pensamento e de ação, dele decorrendo outros, como o individualismo, a propriedade, a igualdade, a fraternidade e a democracia (17).

O liberalismo é antes uma atitude mental que se aplica aos diversos contextos das ações humanas: político, econômico, filosófico, religioso, moral, educacional etc. Seus sistematizadores não têm sido sempre coerentes na proposição de suas idéias nesses contextos. Assim, Rousseau propõe uma educação preceptoral para o Emílio, o que é incompatível com a igualdade de oportunidades educacionais. Voltaire (1694-778) é, na maior parte das vezes, francamente contrário à educação da plebe (18).

Os liberais do século XX têm focado temas muito variados, sendo um dos mais importantes o da subjetividade humana frente ao totalismo e o historicismo. O homem como ser sujeito é, conseqüentemente, ser livre, capaz de transcender-se e garantir a condição de sua liberdade. É um ser histórico, mas de história aberta, em oposição ao historicismo. Como ser sujeito apõe-se ao cientificismo totalista, pretensiosamente objetivo e interpretador dos problemas humanos segundo modelos das ciências naturais (19). O totalismo considera o todo, o coletivo, como realidade, transformando os indivíduos em meros componentes elementares dessa realidade, o que gera o totalitarismo em suas diversas manifestações.

---

(17) Cf. Luiz Antonio CUNHA, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, p.28, 1978.

(18) Cf. Luiz Antonio CUNHA, op.cit., p.36.

(19) Cf. Roque Spencer Maciel de BARROS, Introdução à Filosofia Liberal, capítulo IV, 1971.

O individualismo, do ser sujeito, instaura a liberal-democracia e um modelo humano que procura atingir mediante a educação.

Dentro da orientação que vimos seguindo, não podemos nos furtar a ponderar que:

- a) o processo educativo é multicondicionado, sendo, conseqüentemente, multicausados os seus problemas.
  
- b) A imagem de homem ou tipo humano que o sistema educacional tensiona produzir é, no caso presente, fundamental. Ora, este será o homem complexo, para o qual podemos tender mas não atingir, porque não é o homem parcial, - isto é, econômico, ou político, ou social -- etc. Será este modelo atingível apenas pela educação escolar? Não será conseqüente de um sistema bio-psíco-social, do qual o sistema educacional mais não é que um subsistema?

Entretanto, está longe de haver consenso entre os teóricos educacionais quanto às características desse tipo humano que seja peculiar aos tempos hordiernos. No mundo ocidental, atribuem-se-lhe certos traços, como ser democrático, ser eleitor consciente, bom consumidor, ser eficiente, especialista em alguma coisa, bem informado sobre vários assuntos etc (20).

---

(20) Cf. Valter E. GARCIA, A Educação Brasileira é Importada ?, in Revista Ditada, nº 4, p.20, 1976.

c) O limite teórico, para o qual todo o sistema educacional, dito Liberal, tende é este:

Os alunos de qualquer série escolar terminam o ano letivo em condições de se promover para a série seguinte.

Vejamos o que reza a Lei 5692/71, que Fixa as Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, no Brasil:

"Art.1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania!"

Toda formação baseia-se em certos princípios ou componentes elementares que, aplicados ao indivíduo, deverão produzir um resultado final mais ou menos coerente com aqueles princípios.

Não se poderão esperar, porém, resultados uniformes, porque nestes também estão implicadas as potencialidades individuais que variam ilimitadamente.

Os liberais tiveram o mérito de mostrar claramente que o homem é modificável e modificado pela sociedade, sendo um de cujos meios utilizados para tal fim a educação, que passa a ser considerada um direito de todos e não, como anteriormente, um direito exclusivo e indisfarçado da elite nobre e clerical.

Mas, para tornar fatível a educação para todos, há necessidade da participação do Estado sobre o seu processamento, quer promovendo, quer mantendo, regulando ou estimulando (21). Uma educação liberal-democrati-

---

(21) Cf. A. Ferreira de ALMEIDA JUNIOR, Escola Pública e Escola Particular, in Revista brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 79, 1960.

ca não elimina a sociedade de classes, mas possibilita a livre circulação dos indivíduos ( por isso, ela é liberal ) de uma classe para outra mediante a igualdade de oportunidades de se educar ( por isso, ela é democrática ). O grande representante da educação liberal-democrática nos Estados Unidos é John Dewey (1859-1952), antecedido por Horace Mann, e, no Brasil, Anísio Teixeira (1900-71), "o maior dos educadores brasileiros"; no dizer de L.A. Cunha (22) e que foi discípulo de Dewey. Este liderou o movimento da chamada Escola Nova. Para Dewey, a escola não é uma preparação para a vida, mas sim, a própria vida em miniatura e democraticamente organizada, atuando como dinamizadora das estruturas sociais através da modificação do indivíduo. Anísio Teixeira lutou pela renovação escolar brasileira, segundo tais idéias, dentro do Estado, de 1930 a 1960, salvo no período do Estado Novo, de 1937 a 1946. Ora, como para a manutenção e funcionamento dos sistemas educacionais é necessário levar em conta uma infinidade de aspectos importantes, principalmente no que toca aos custos, as classes economicamente menos favorecidas ficariam sempre sem escolas se não intervisse no processo uma instituição equalizadora: semelhante instituição tem sido o Estado, tanto nos países de tendência liberal-democrática quanto nos totalitários.

---

(22) Luiz Antonio CUNHA, Educação e Desenvolvimento Social - no Brasil, p.49, 1978.

"A tendência da presente ordem econômica" - (capitalista) "é estabelecer uma sociedade-organizada em classes, onde algumas são privilegiadas e outras não. Aquelas organizam a educação escolar de modo que ela reforce e sancione essa iniquidade. Entretanto, não é necessário que seja assim. A educação escolar tem uma certa independência dessa ordem iníqua, vale dizer, dos setores da sociedade que se beneficiam dessa ordem iníqua. Assim, a escola pode organizar-se para produzir pessoas que vivam na sociedade abrangente, segundo relações, concepções e atitudes congruentes com uma sociedade aberta, isto é, onde haja cada vez mais igualdade de - oportunidades".(23)

Para Luiz Antonio Cunha, uma sociedade aberta é uma sociedade com classes abertas, isto é, onde os indivíduos possam passar facilmente de uma classe para outra, o que corresponde a uma sociedade liberal-democrática.

"A corrente liberal postula", diz L.A. Cunha, "que os indivíduos nascem com potencialidades distintas e têm diferentes motivações. - Eles devem-se posicionar na estrutura ocupacional da sociedade conforme suas potencialidades e suas motivações, e não de acordo com a posição ocupada pelos pais"(24).

---

(23) Luiz Antonio CUNHA, op. cit., p.50.

(24) Idem, p.21.

2 - O C A R Á T E R L I B E R A L D A L E G I S L A Ç Ã O  
E S C O L A R B R A S I L E I R A

Quero destacar, nesta parte, alguns aspectos da legislação escolar brasileira que permitem enquadrá-la como de tendências liberais. Refiro-me às Leis 4.024/61 e 5.692/71. Desse modo, um certo caráter liberal de nossa educação escolar pode ser entrevisto nas proclamações e atuações dos educadores brasileiros, como Anísio Teixeira, Almeida Junior e outros, bem como na legislação, permeado de contradições que não vou analisar aqui. Assim, Anísio Teixeira diz:

"Quando a aspiração de educação compulsória para todos surge, representa este fato um - desejo de mudança social" (25).

"e, se a teimosia popular insistir pela frequência a escola, abrevia-se o período escolar..." (26).

E Almeida Junior, relator do projeto da L.D.B., afirma:

"...A fim de que a democracia prevaleça, precisa o Estado orientar devidamente as escolas, pois - como afirma Aristóteles - o que mais contribui para a estabilidade dos regimes é a adaptação da educação à forma de governo!" (27)

---

(25) Anísio TEIXEIRA, Educação no Brasil, p.273, 1969.

(26) Anísio TEIXEIRA, op.cit., p. 274.

(27) ALMEIDA JUNIOR, Relatório Geral da Comissão, in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 36, 1949.



A legislação escolar brasileira consagra princípios que implicam num fundo liberal, como: gratuidade e obrigatoriedade escolares, igualdade de oportunidades, - dever do Estado, da comunidade e da família de promover educação, o desenvolvimento de potencialidades do educando visando sua auto-realização, flexibilidade curricular, predomínio do qualitativo sobre o quantitativo - na avaliação do rendimento escolar etc. Sobre tais princípios vejamos os textos seguintes:

"Art.176. A educação, inspirada...nos ideais de liberdade e solidariedade humana, é direito de todos e dever do Estado, e será dada no lar e na escola.

§ 3º A legislação do ensino adotará os seguintes princípios e normas: ...

II- o ensino primário é obrigatório para todos dos 7 aos 14 anos e gratuito nos estabelecimentos oficiais;"(28).

"Art.1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) O respeito à dignidade e às Liberdades fundamentais do homem;... ..
- d) O desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;

---

(28) BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, Emenda nº 1, 1969.

g) A condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça."(29)

Na Lei 5.692/71 podemos ler:

"O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação - necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e exercício consciente da cidadania"(30).

"§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida" (31).

"§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

... ..

b) No ensino de 2º grau, predomine a parte de formação especial"(32).

Note-se que na última citação, aparece uma flagrante contradição com idéias liberais, pois, ao estabelecer que, "no ensino de 2º grau, predomine a parte de formação especial", a Lei opõe uma barreira aos desejos individuais de acesso à universidade, para cujo preparo é necessária a educação geral, posta em segundo plano.

---

(29) BRASIL. Lei 4.024/61, art.1º.

(30) BRASIL. Lei 5.692/71, art.1º.

(31) BRASIL. Lei 5.692/71, art.14.

(32) Idem, art.5º.

### 3 - N O Ç Õ E S D E E D U C A Ç Ã O E D E S I S T E M A E D U C A C I O N A L

Como idéias centrais nesta análise, cumpre deixar bem estabelecidas as noções de educação e de sistema educacional, pois a evasão escolar está sendo enfocada como um problema ou desfuncionamento dos sistemas -- educacionais.

Diga-se, desde logo, que a noção de sistema educacional empregada no presente trabalho, é administrativa, vale dizer, aquela de parte considerável dos autores de administração escolar, entre os quais, J. Querino Ribeiro, José Augusto Dias (33) e outros. Noção essa -- que equivale a um conjunto formado por uma rede escolar organizada segundo uma estrutura didática com dimensão vertical, correspondente ao escalonamento dos graus didáticos, e dimensão horizontal, relacionada com as modalidades de ensino em cada grau, bem assim uma estrutura administrativa, isto é, conjunto de órgãos de comando -- e de coordenação, tanto normativos -- os conselhos de educação -- quanto executivos -- MEC, Secretarias de Educação e respectivas divisões e subdivisões. A isto se acrescenta a estrutura regulamentar formada pelo conjunto de -- leis, regulamentos, portarias, normas e todos os dispositivos escritos ligados à administração educacional.

A lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que Fixa as Diretrizes e as Bases da Educação Nacional -- também conhecida por L D B -- emprega, na sua parte não revogada, a expressão sistema de ensino -- sem aclarar o seu significado -- e atribui à União, a cada Estado e ao Distrito Federal a competência para organizar os seus próprios Sistemas de Ensino. No texto abaixo, pode-se ver que não está previsto o sistema municipal, como tal, mas apenas o do Distrito Federal.

---

(33) Cf. José Augusto DIAS, Sistema Escolar Brasileiro, in -- Moysés Brejon, Estrutura e Funcionamento do Ensino -- de 1º e 2º graus, p.71, 1973.

"TÍTULO V.

DOS SISTEMAS DE ENSINO

Art.11. A União, os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino, com observância da presente Lei."(34)

Também a Lei 5692/71, consagra a mesma expressão sem defini-la:

"Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos.."(35).

Nesta dissertação, diz-se sistema educacional, - equivalendo a uma rede de escolas e seu esquema de sustentação, a saber, suas estruturas didática, administrativa e regulamentar em funcionamento. O termo educação e seus derivados são correlativos a educação escolar ou sistemática ainda que desacompanhados destes qualificativos.

Sem embargo de ter sido adotada a conceituação de sistema educacional anterior, registre-se que, para alguns autores, não existe sistema de educação no Brasil. É o caso de Dermeval Saviani que considera necessário haver uma teoria educacional geradora do sistema. Desse modo, Saviani (36), após minuciosa análise, conclui pela inexistência de uma teoria educacional brasileira. Daí infere não haver sistema mas, apenas estrutura de Educação em nosso país.

---

(34) BRASIL. L. D. B.

(35) BRASIL. Lei 5692/71, art. 3º.

(36) Dermeval SAVIANI, Educação Brasileira, Estrutura e Sistema, 1973.

## C A P Í T U L O    I I

### A   E S T R U T U R A   S O C I A L   E   E D U C A C I O N A L N O   B R A S I L .

#### 1 - A S P E C T O S   H I S T Ó R I C O - S O C I A I S   E A   E D U C A Ç Ã O   E S C O L A R B R A S I L E I R A .

O processo educativo não é algo que ocorre in abstracto, mas é situado: depende de condições individuais e grupais. Condições essas que são classificáveis em biológicas, físicas e psíquicas - da parte do indivíduo -- e culturais, econômicas e sociais--da parte do grupo ou, mais amplamente, da sociedade.-Sem preterir o significado do primeiro bloco de variáveis, interessa ao escopo e à orientação deste trabalho a abordagem do segundo bloco. Vamos focar a educação brasileira dentro da panorâmica histórico-sociológica do Brasil, procurando esclarecer e descrever a estrutura social representativa do contexto onde se insere a educação de nosso país nos dias de hoje.

O Brasil-colônia conheceu uma organização social dual de características locais: nobreza agrária de títulos concedidos, sem a responsabilidade do noblesse oblige, que se sobrepõe aos escravos e aos poucos homens livres, artesãos, formando mais estamentos do que classes. Impõe-se um governo metropolitano de modelo imperial a um grupo de grandes proprietários rurais e a outro corporativo urbano, prevalecendo a aristocracia escravista sobre o indígena e o negro, numa região tropical. Configura-se uma autocracia política e uma teo -

cracia sobre a sociedade civil até o fim da colônia. Família patriarcal, latifúndio e escravidão são as bases dessa sociedade, com as correlativas imobilidade, limitação de oportunidades e supremacia da ordem privada - um prolongamento do imobilismo português: organização social essa que, na Europa, estava sendo questionada e em vias de superação (37).

A semelhante sociedade, sem universidade e sem imprensa, basta uma educação de elite para os dirigentes - cumprida na metrópole - e aquisição de habilidades práticas para os dirigidos. Suas necessidades-fins principais eram formar o catequista, exclusivamente jesuíta, o funcionário e o artesão. O ensino médio é uma exclusividade jesuítica. Após a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, em 1759, tem início a luta pela supremacia política. Surge a escola régia, reforma-se a universidade portuguesa, objetivando integrar Estado e sociedade civil - é o pombalismo.

Obtida a independência, a situação não mudou. O poder moderador do imperador, algo patriarcal, mantém a nação estável, mas imatura. Pedro II é "um monarca paternalista esclarecido" (38). Ocorrem convulsões apenas da cúpula dominante. Introduce-se, durante a monarquia, o ensino superior para a elite secular, constituída principalmente de altos funcionários, permanecendo as demais formas de ensino como estavam. As escolas superiores são estatais e de padrões europeus. As idéias democráticas ficam nas leis e não se implantam na sociedade. Continuam, até o fim da monarquia, os dois tipos estanques de educação escolar:

---

(37) Cf. Anísio TEIXEIRA, Educação no Brasil, cap. XI, 1969.

(38) Idem, op. cit., p. 293.

I) Considerado o mais importante, da elite, controlado pelo governo federal, de natureza acadêmica --- escolas médias predominantemente particulares, como os internatos, os preparatórios e os parcelados- e, mantidas pelo governo imperial, as faculdades de direito, engenharia e medicina.

II) Reputado de menor importância, o das massas, atribuído às províncias pelo Ato Adicional de 1834, compreendendo o primário elementar e o complementar, e as vocacionais de nível médio: as escolas normais, de clientela majoritariamente feminina, que se foram convertendo em escolas da classe média emergente e as de ofícios, masculinas, que guardaram seu caráter popular de origem e sem prestígio social. Destarte, era mantida, via educação, a hierarquia social: escravatura, classe média - embrionária e oligarquia dominante.

Com a abolição e república tivemos a primeira - grande mudança social: decadência do patriarcado rural - ao norte e introdução de elementos novos no sul pelos - imigrantes estrangeiros. A transformação das províncias em Estados é uma concessão central e não uma conquista - popular, uma espécie de complemento ao Ato Adicional de 1834. As oligarquias de São Paulo e Minas Gerais se revezam na presidência da república, durante os primeiros quarenta anos, de democracia limitada, com eleições diretas transformadas em indiretas por hábil manipulação. Até a primeira grande guerra o país é economicamente colonial: fornecedor de matéria-prima, agrícola - latifundiário e o comércio é dominado por estrangeiros. Em seguida, o latifúndio dá as bases para a industrialização. A educação continua escassa e enciclopédica: a escola - primária é pouca, dual a escola média e reduzida a superior. A escola popular dos Estados desenvolve-se isolada, estimulada paternalisticamente pelo governo e com preocupação exclusivamente prática, para não despertar - ambições intelectuais. Eis o que escreve Anísio Teixeira:

"A dualidade dos sistemas educacionais não-constituía, assim, uma simples divisão de - trabalho ou de atribuições entre os Estados e a União. A dualidade refletia a organiza-ção real da sociedade brasileira e represen-tava um dos mais ricos exemplos da tese de-que a educação não é problema abstrato, - cujos fins e objetivos se discutem abstrata-mente, mas problema concreto, de manifesta-intencionalidade, sendo sua distribuição em quantidade e seu conteúdo em qualidade de - terminados pela estrutura e organização da-sociedade. Os belos argumentos teóricos que se desenvolveram no Brasil em torno da edu-cação humanística e contrários à educação -prática, em termos de educação intelectual-em oposição à educação vocacional, eram sim-ples racionalizações, que revestiam de retó-rica os propósitos conservadoristas da so-ciedade, sutilmente hierarquizada no seu - dualismo fundamental de elite e povo" (39).

## 2 - F U N Ç Õ E S S O C I A I S D A E D U C A Ç Ã O E S C O L A R N O B R A S I L

### 2.1- A CAMINHO DO ENSINO DE 2º GRAU

A classe média em formação, a partir dos anos - vinte, procura as escolas normais e secundárias, forçan-do a uniformização dos sistemas federal e estaduais, no

---

(39) Idem, op. cit., p.300.



período intervalar entre as duas grandes guerras. Esse período se conclui estabelecendo três tipos de ensino - inarticulados entre si: (I) primário e técnico de nível médio, para o povo; (II) médio, principalmente escolas-  
NORMAIS estaduais, para a classe média e (III) secundário acadêmico e superior, para a elite. O ingresso no ensino médio dependia de um exame de admissão e a idade mínima - requerida para tal intento era de 11 anos.

Três espécies de ensino médio, regulamentados - pelas Leis Orgânicas de 1942 a 1946, permaneceram estancadas até a LDB:

a) Secundário, Lei Orgânica de 1942, originados estudos preparatórios para as academias e faculdades do império, integrante da Reforma Capanema, significando os cursos ginásial e colegial, únicos capazes de preparar para a universidade.

b) Técnico, com três ramificações: industrial, Lei Org. de 1942; comercial, Lei Org. de 1945 e agrícola, Lei Org. de 1946.

c) Finalmente, ensino normal, Lei Org. de 1946 - (40).

Administrativamente, tudo se centralizava no MEC, limitando-se os sistemas estaduais a executar o que fosse determinado minuciosamente pela esfera federal. Assim, a organização escolar, dada a inarticulação de seus diversos ramos e a centralização administrativa, reproduzia patentemente a estrutura social brasileira. A Lei 5692/71 trouxe alguma autonomia aos sistemas dos Estados e eliminou, regulamentadamente, as separações verticais e horizontais que a legislação anterior consagrava e estabeleceu o ensino de 1º grau de oito séries-

---

(40) Cf. Geraldo Bastos SILVA, A Educação Secundária, cap. VIII, 1969.

anuais - ensino primário - e o ensino de 2º grau, com - seu leque de habilitações profissionais, de 3 ou 4 sê - ries anuais - ensino médio.

Conseguirá esta nova ordem legal suprimir, no - contexto social - como o fez em seu texto - o velho dua - lismo da escola média brasileira ? Qualquer afirmação - peremptória a este ponto é prematura, uma vez que a no - va legislação não está ainda completamente aplicada. To - davia, alguns aspectos sócio-educacionais importantes - já podem ser levantados:

a) Generaliza-se, paulatinamente e por influên - cia norte-Americana, no mundo ocidental, a tendência a - organizar uma escola secundária compreensiva, ou escola - média, ou de 2º grau, em que as implicações classistas - sejam menos marcantes (41).

b) O populismo, iniciado em 1930, no qual se - apóiam muitos movimentos de expansão escolar, sofreu um - colapso em 1964 e o Brasil entrou numa nova etapa de in - dustrialização, assumindo uma posição como sociedade ca - pitalista periférica e dependente. Grosso modo, podemos - caracterizar o fenômeno como tendo sido o final de um - processo político-social. Os partidos UDN, PSD e PTB do - minaram o cenário, interessados na industrialização, de - 1946 a 1964, quando foram extintos pelo Ato Institucio - nal nº 2 de 1965. A UDN, fundada em 1946 por um grupo - dissidente do antigo PRP, grupo esse que congregava os - exportadores de café, representava os interesses do ca - pital estrangeiro no processo de industrialização. Era - um partido predominantemente urbano. O PSD e o PTB sur - giram de inspiração direta de Vargas. O primeiro herda - ra a máquina política cultivada por Getúlio, organizado - a partir dos interventores estaduais, aglutinando pro - prietários rurais, contava com o apoio

----

---

(41) Cf. Geraldo Bastos SILVA, op. cit., 1978.

do eleitorado rural, dos empresários industriais menos-compromissados com os interesses externos e os integrantes e beneficiários da burocracia governamental ampliada durante o governo de Getúlio.

A UDN era o partido da burguesia internacional e o PSD da nacional. O PTB visava captar apoio do operariado, já de respeitável contingente no processo de industrialização. Sua força estava na infraestrutura sindical corporativista. Os demais partidos ou eram inexpressivos ou tinham expressão apenas regional. O PCB começou a crescer rapidamente mas foi declarado ilegal em 1947. Assim, a crise do café combinada com a da economia de substituição de importações permitiu reunir diferentes forças em torno da bandeira da industrialização. Estabeleceu-se uma contradição: ideologia política nacionalista e modelo econômico internacionalista. Ocorreram alianças PTB-PSD pró nacionalismo contra a UDN, pró interesses internacionais. Esta procurou assumir o poder, sucessivamente, em 1945, em 1950, em 1955, para conseguí-lo, finalmente, em 1960. Entretanto, seus objetivos não se realizaram porque Jânio, que vencera com seu apoio, não se dispôs a concretizá-los.

Em todo esse processo o pano de fundo ideológico foi o liberalismo sob várias formas. Em 1960, esgotou-se o modelo de substituição de importações, completando-se o processo de industrialização.

"A história brasileira, após 1945, documenta bem a condição histórica do liberalismo como ideologia típica de classes dominantes; enquanto estas não estão ameaçadas, ele tem vigência. Quando, porém, paira sobre elas alguma ameaça mais séria, o liberalismo se esboroa".(42)

---

(42) Dermeval SAVIANI, Análise Crítica da Organização Escolar brasileira Através das Leis nº 5540/68 e 5692/71, in Walter Garcia, Educação Brasileira Contemporânea - Organização e Funcionamento, p.181, 1976.

c) Temos a dominação de uma burguesia nacional-  
fraca, que não conseguiu estabelecer mecanismos de diá-  
logo com a massa, usando, porisso, a fôrça do Estado pa-  
ra sufocar as reivindicações populares (43). Por outro-  
lado, organiza-se um novo tipo de classe média formada-  
por tecnocratas - principalmente do Estado - e por pro-  
fissionais de nível médio exigidos pela forte penetra-  
ção de capital estrangeiro, uns e outros possibilitando  
a produção e o consumo dos bens industrializados.

## 2.2- A POLÍTICA EDUCACIONAL SOBRE O ENSINO MÉDIO OU DE 2º GRAU

A ação do Estado brasileiro em educação reveste-  
se de características especiais após 1960. Há uma pleto-  
ra de leis sobre o ensino, nada menos de quatro leis -  
fundamentais: Lei 4024/61, relativa a toda a educação -  
nacional, LDB; Lei 5540/68 e Decreto Lei 464/69, reorga-  
nizando a universidade e revogando, conseqüentemente, os  
artigos da LDB com os quais se chocassem; Lei nº 5692/-  
71, que revoga quase todo o restante da LDB e estabe-  
lece novas diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. -  
Seu ponto forte é a profissionalização em nível médio .  
Tal profissionalização constitui uma resposta à recomen-  
dação do Grupo-Tarefa de Reforma Universitária em 1968-  
(GTRU) e é designada por formação especial, que predomi-  
na sobre a educação geral, isto é, tem carga horária -  
maior.

---

(43) Cf. Florestan FERNANDES, A revolução Burguesa no Brasil,  
p.310, 1975.

"Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:...

b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial".(44)

Atribuiuo GTRU a ausência de profissionalização no ensino médio a causa da grande pressão sobre a universidade via vestibulares. O atendimento, porém, às camadas médias da população pelo governo, concedendo-lhes mais vagas universitárias, provocaria, futuramente, um excedente de profissionais de nível superior, engendrando um problema de resolução mais difícil.

"A pura e simples criação de vagas talvez não tivesse outro efeito senão o de substituir o problema dos excedentes de vestibulares pelo dos excedentes de profissionais" - (45).

Os cursos profissionalizantes de 2º grau seriam instalados correspondentemente aos superiores, de sorte que, por exemplo, um curso de intérprete corresponderia a um de letras, um de técnico em eletrônica a um de engenharia eletrônica etc. Mediante hábil remanejamento das cargas horárias, as escolas, principalmente particulares, que atendem aos estratos de mais alta renda da classe média, estão criando cursos por combinações diversas.

---

(44) BRASIL: Lei 5692/71, art.5º, § 1º.  
(45) João Paulo dos Reis VELLOSO, citado por Luis A.Cunha, in Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, p.245, - 1978.

Outrossim, as reformas dos ensinos superior e - médio são acompanhadas de concepções explicativas para - que se tornem aceitáveis e/ou desejáveis. É de notar - que: durante o Estado Novo, a discriminação pelo ensino - é indisfarçada; a experiência democrática, em seguida, - leva à expansão dos sistemas educacionais e à diminui - ção da eficácia dos mecanismos discriminatórios. Agora, - eles são recompostos dissimuladamente. Daí, a constata - ção de contradições, como:

a) ênfase, nas proclamações e regulamentos, so - bre a necessidade de educação para um número cada vez - maior de pessoas; empenho em propor a realização social - dos indivíduos segundo as suas potencialidades.

b) baixos investimentos públicos em educação, - principalmente federais, com a conseqüente baixa oferta - de oportunidades escolares objetivas.

Observa-se abaixo o que a União tem aplicado em - educação nesses últimos anos:

Q U A D R O    I I  
PARTICIPAÇÃO DO MEC NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

ANO	% S/TOTAL	ANO	% S/TOTAL	ANO	% S/TOTAL
1964	9,74	1969	8,69	1974	4,95
1965	11,07	1970	7,33	1975	5,40
1966	9,70	1971	6,78	1976	4,66
1967	8,71	1972	5,62	1977	5,30
1968	7,74	1973	5,21	1978	4,17 *

Fonte: Folha da Manhã, SP, sábado, 3 de setembro de 1977.  
\* Valor previsto para 1978.

Conforme nos mostra o quadro acima, a queda percentual de participação do MEC no orçamento Federal é contínua, registrando-se o maior valor em 1965 (11,07%) e o menor em 1978 (4,17%- valor previsto).

Em sua parte revogada, a Lei 4024/61, seguindo a orientação da Constituição Federal de 1946, de vincular previamente as aplicações orçamentárias, estabelecia que:

"A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo, de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo".(46)

Entretanto, a partir da Constituição Federal de 1967 (47), abandonou-se aquela orientação de pré-vinculação orçamentária. Por outro lado, o Estado de São Paulo estabelece para si e seus Municípios a aplicação-anual mínima obrigatória de 20% da renda dos impostos - na manutenção e desenvolvimento do ensino (48), assim como 0,5% da receita de impostos estaduais, para a manutenção da Fundação de Amparo à Pesquisa (49). Por conseguinte, o Estado de São Paulo obriga-se a investir -- 20,5%, no mínimo, de sua receita de impostos, em educação, anualmente.

---

(46) BRASIL. Lei 4024/61, art. 92.

(47) BRASIL. Constituição do Brasil de 1967, Art. 65, § 3º e Constituição da República Federativa do Brasil, emenda nº 1, 1969, Art. 62, § 2º.

(48) SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo de 13/5/67, Art. 126 e emenda constitucional nº 1 à Constituição do Estado de São Paulo de 1967, Art. 127.

(49) SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo de 1967, Art. 129.

3 - C A R A C T E R Í S T I C A S D O S S I S T E M A S -  
E D U C A C I O N A I S B R A S I L E I R O S Q U E  
I M P L I C A M E M E V A S Ã O.

Não deve constituir surpresa que a evasão escolar esteja presente nesse contexto, anulando os possíveis efeitos democratizantes que poderia trazer a expansão de matrículas. É verdade que, por agora, não dispomos de índices, nem de evasão, nem de escolarização, a nível médio, que possam servir de parâmetros aferidores da produtividade quantitativa das escolas e permitam estabelecer igualmente os limites inevitáveis da ocorrência de evasão. Ora, a contabilização de tais dados é extremamente dificultada - quando não impedida - pelas formas de registros escolares e pela pouca frequência de estudos a respeito, precisando haver modificações nesses dois sentidos a fim de ser possível melhor conhecimento do problema.

Apesar disso, algumas afirmações gerais têm grande probabilidade de ser válidas em nosso meio, extrapolando-se do que se conhece em outros países mais desenvolvidos e dos quais recebemos sensível influência: é o caso dos Estados Unidos, onde, conforme ficou dita na Introdução deste trabalho (p.9), a evasão escolar diminuiu numa correlação inversa com a melhoria geral do ensino, consoante nos informa a Encyclopedia of Educational Research, de 1969 (50). Assim, são, ainda hoje, características dos sistemas educacionais brasileiros - indicativas de desfuncionamento geral que levam a um desprestígio do ensino médio, desinteresse da clientela, desencorajamento de acesso à universidade e de uma boa-

---

(50) Cf. Robert L. EBEL e outros, DROPOUT: Causes and consequences, in Encyclopedia of Educational Research, - 1969, p.308.



profissionalização, causando a deserção: instalações - precárias, equipamentos insuficientes ou em desuso, - orientação e supervisão insuficientes, expansão desordenada etc, sem falar no aspecto mercadamente piramidal - dos sistemas educacionais, com acentuado afunilamento - na passagem de um grau para outro, que constitui importante característica denunciadora da existência de forte evasão.

Destarte, a evasão caracteriza um desperdício - de recursos financeiros, humanos e materiais, ao mesmo tempo que uma discriminação em relação ao direito de todos à educação garantido pela Constituição e um descompasso entre o que se propõe à educação e o que se lhe - oferece como condição de realização.

#### 4 - A EVASÃO ESCOLAR EM SÃO PAULO.

##### 4.1- A ESTRUTURA EDUCACIONAL PAULISTA

São Paulo é o Estado que tem a maior rede de ensino de 2º grau do país, incluindo todos os ramos, isto é, os antigos secundário, normal e técnico, e o que <sup>mais investe nesse setor (51).</sup> O sistema educacional paulista apresentava a seguinte estrutura administrativa em 1975 (Gráfico I, p.39):

---

(51) Cf. J.C. de Araujo MELCHIOR, Recursos Financeiros e o Ensino de 1º e 2º Graus, in Moysés Brejon (organizador), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, p.167, 1973.

- a) Conselho Estadual de Educação e
- b) Secretaria de Estado dos Negócios da Educação.

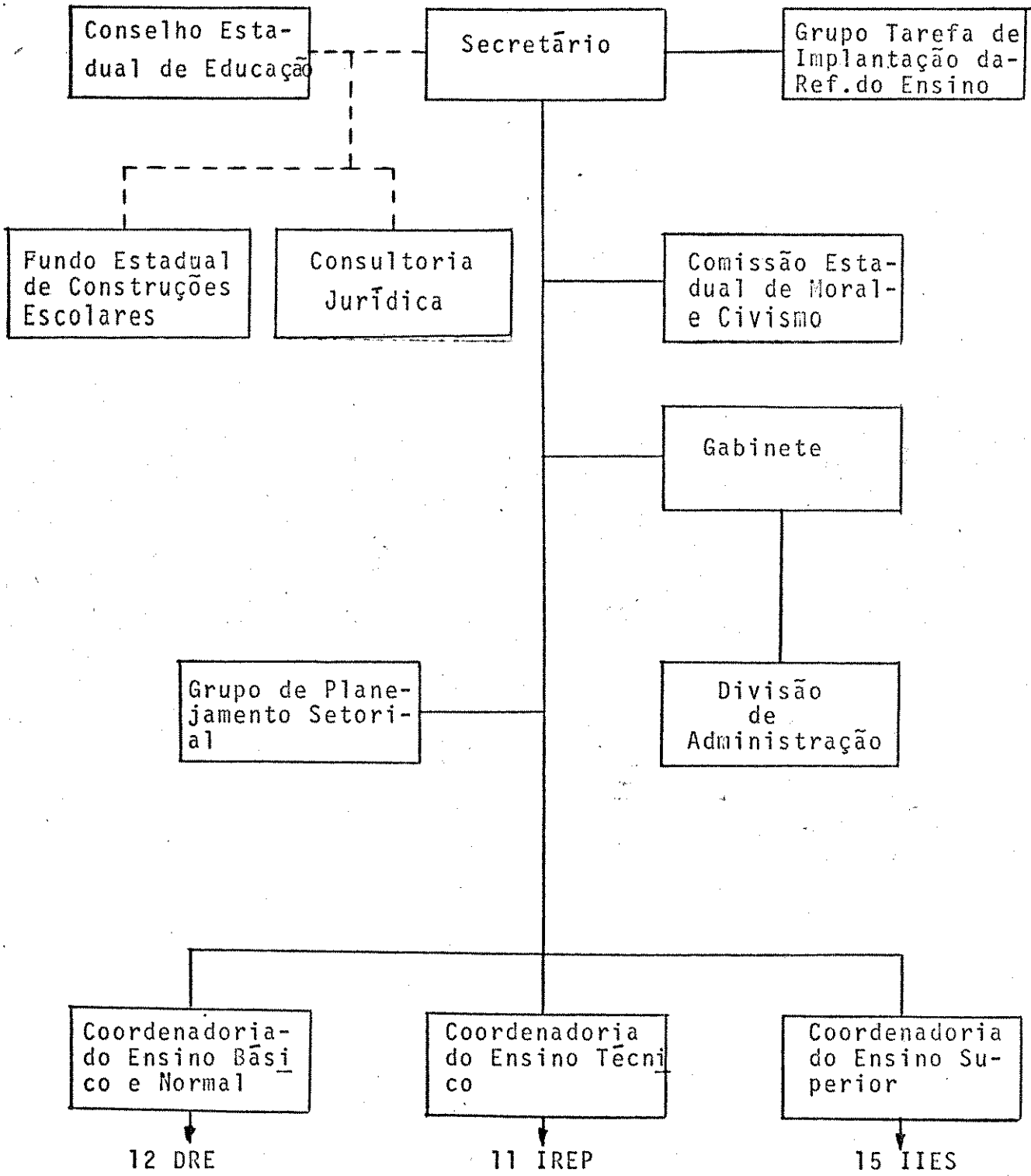
Esta, por seu turno, compreendia:

- 1) A Coordenadoria do Ensino Superior (CESESP), que administrava 15 institutos isolados de ensino superior (IIES) (52).

---

(52) Cf. SÃO PAULO. Secretaria da Educação - Atividades Desenvolvidas no período de outubro de 1972 a maio de 1973, p.269,1973.

GRÁFICO I  
SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA  
ORGANOGRAMA PARCIAL - ELEMENTOS PRINCIPAIS  
VIGENTE ATÉ 28/1/1976



Fonte: Perfil, p.34, abril de 1972.  
 DRE = Divisão Regional de Educação.  
 IREP= Inspetoria Regional do Ensino Profissional.  
 IIES= Instituto Isolado de Ensino Superior.

2) Coordenadoria do Ensino Básico e Normal (CEBN), com jurisdição sobre os antigos ensinos primário, secundário e normal, dividida em 12 Divisões Regionais de Educação (DRE) (53).

Em 1973 havia 46 Delegacias de Ensino Secundário e Normal (DESN) (54) e o número de estabelecimentos do antigo secundário, 2º ciclo, podia estimar-se em mais de 850. (Ver quadro III, p. 43).

3) A Coordenadoria do Ensino Técnico (CET) jurisdicionava sobre 11 Inspetorias Regionais do Ensino Profissional (IREP) e uma Diretoria do Ensino Agrícola, em 1972. (55). No mesmo ano existiam 22 habilitações profissionais, em 92 cursos, nos setores primário, secundário e terciário, desenvolvidas em 36 estabelecimentos da rede estadual e de convênio (56).

---

(53) Cf. SÃO PAULO. Secretaria da Educação, Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional, Centro de Informações Educacionais (CIE), Boletim Informativo, ano 1, nº 1, p.48, 1977.

(54) SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Coordenadoria do Ensino Básico e Normal, Departamento do Ensino Secundário e Normal, Matrículas e Classes, in DESN nº 4, p.10, 1974.

(55) Secretaria da Educação, in Perfil, p.37 abril de 1972.

(56) Cf. SÃO PAULO. Secretaria da Educação, Atividades Desenvolvidas no período de outubro de 1972 a maio de 1973, p.218, 1973.

### OBSERVAÇÃO

O Dec. (estadual) 7.510, de 29/1/76, reorganizou a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, dando-lhe esta denominação e alterando a sua estrutura administrativa a fim de ser posta em condições de aplicar a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, conforme a Lei (federal) nº 5692/71. Pelo citado decreto, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo passou a compreender (Gráfico II, p.42):

a) Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo (CERMGSP), com 7 Divisões Regionais de Ensino (DRE), incluindo 34 Delegacias de Ensino (DE).

b) Coordenadoria de Ensino do Interior (CEI), com 10 DRE e uma Divisão Especial de Ensino (DEE) do Vale do Ribeira, abrangendo 77 DE.

c) Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) (57).

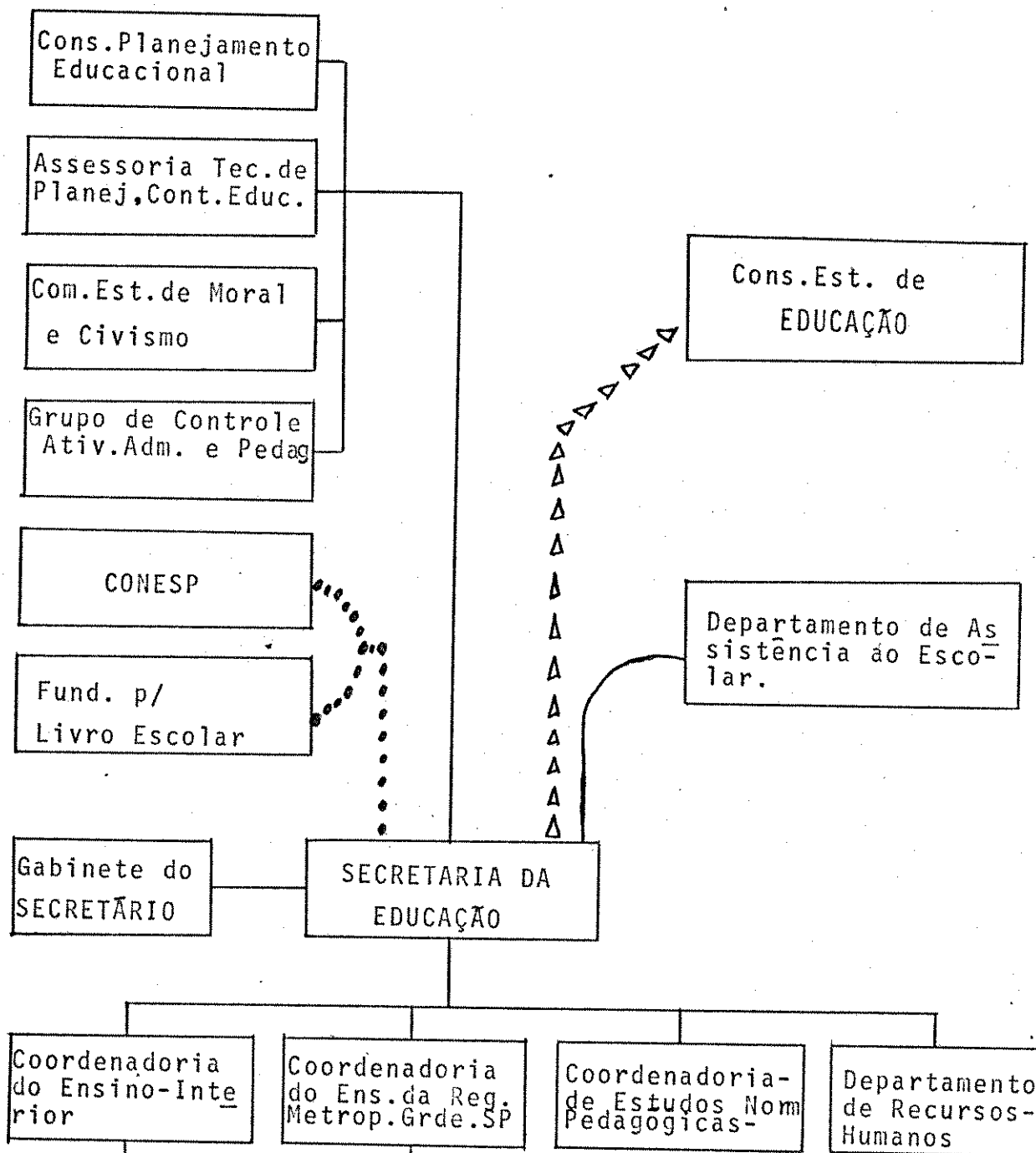
#### 4.2- A ESCASSEZ INFORMATIVA

Confrontando os dados-com a devida ressalva de sua imprecisão - das obras da Secretaria da Educação já referidas, podemos compor o seguinte quadro indicativo da evolução estimativa do número de escolas estaduais - (p.43):

---

(57) SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas, Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus, vol.5,1977. -

GRÁFICO II  
SISTEMA EDUCACIONAL PAULISTA - ORGANOGRAMA PARCIAL - -  
ELEMENTOS PRINCIPAIS. VIGENTE A PARTIR DO DECRETO 7510,  
DE 29/1/1976



10 DRE e 1DEE      7 DRE  
Fonte: Lair P. Guanaes - Reorganização da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo-Reduzido, por comodidade gráfica.

OBSERVAÇÕES.  
DRE= Divisão Regional de Ensino.  
DEE= Divisão Especial de Ensino do Vale do Ribeira.

QUADRO III.

CRESCIMENTO DA REDE ESTADUAL - ESCOLAS DO ANTIGO SECUN-  
DÁRIO - SP.

ANO	ESCOLAS SECUNDÁRIAS 1º e 2º CICLOS	ESCOLAS SECUNDÁRIAS 2º CICLO	ESCOLAS SECUNDÁRIAS 1º CICLO, - INTEGRADAS- AO 1º GRAU	SALAS DE AULA
1971	1 447	633	----	----
1972	1 221	638*	231	----
1973	1 234	869	218	----
1974	1 233	1 117	219	15072

Fontes Combinadas-DESN 1/72, p.21 e DESN 5/75, pp.7 e 8.

\* Total estimado das escolas médias estaduais (2º ciclo), em 1972 = 638 escolas secundárias + 36 escolas técnicas = 674.

Por conseguinte, adicionando as 36 escolas técnicas ou profissionais às 638 secundárias (2º ciclo) do quadro acima, podemos estimar o número de escolas médias, de todos os ramos, ou de 2º grau, em 1972, por volta de 674, em toda a rede estadual paulista.

Contudo, não dispomos ainda de elementos adequados para quantificar e analisar a deserção nessa rede escolar, porque os registros não têm sido feitos de maneira a permiti-lo. Eis o que nos diz a Secretaria da Educação:

"A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, ao procurar utilizar a informação, como instrumento do planejamento, tem encontrado grandes dificuldades, dada a inexistência em sua estrutura, até 1975, de órgão que coordenasse a produção de informações. O Decreto 7.510/76, que reorganizou a Secretaria, criou a Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional e, subordinado a esta, o Centro de Informações Educacionais, com a finalidade de atuar, especificamente, na área de informática.

Na fase de diagnóstico, a informação indica situações de fato --indica o que é. Assim, em educação, dados referentes ao atendimento da demanda; à promoção, retenção e evasão de alunos; a recursos disponíveis e utilizados, retratam aspectos de real desempenho do sistema escolar."(58)

"Empiricamente, porém, existe certa dose de evasão e repetência que pode ser considerada normal, isto é, provocada por fatores acidentais, como problemas de saúde, por exemplo. Não se dispõe, no momento, de dados que permitam distinguir, claramente, entre as perdas para o sistema estadual paulista por evasão, repetência, e transferências para fora do Estado ou à mortalidade natural!"(59)

---

(58) SÃO PAULO. Secretaria da Educação, Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional, Centro de Informações Educacionais (CIE), Boletim Informativo, ano 1, nº 1, p.7, 1977.

(59) SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, Plano Trienal 1977/78/79, p.30, 1977.



C A P Í T U L O    I I I .

A   E V A S Ã O    E S C O L A R    E M    R I O   .   C L A R O .

1   -   P R E L I M I N A R E S .

Interessado no exame da evasão escolar, no período de 1970 a 1975, e não dispondo de informações precisas devido às deficiências denunciadas pelo próprio - Governo do Estado, através de documentos já citados, como Plano Trienal e o Boletim Informativo nº 1, o autor desta dissertação realizou pesquisa em quatro escolas estaduais de 2º grau, no Município de Rio Claro. Visou - tal pesquisa, principalmente, diagnosticar dificuldades de registro e obter algum índice do fenômeno da desercção, ao nível daquelas unidades escolares. Talvez se podesse, então, comparar esses dados de estudo de campo - com os apresentados pelo Governo Estadual e verificar a sua concordância ou não com os mesmos, assim como localizar causas de distorções, em termos de :

I) Dificuldades encontradas nos registros das unidades estudadas.

II) Vicissitudes administrativo-organizacionais das mesmas unidades.

Escolheu-se para estudo o período de 1970-75, pela disponibilidade de dados em arquivos e por corresponder a uma fase de verdadeira explosão na demanda de matrículas, no ensino paulista. Esse período torna viável observar repetidamente o abandono escolar. Por isso, num enfoque longitudinal, vamos acompanhar três gerações ou

coortes discentes: 1970-72, 1971-74 e 1972-75. Optou-se por este enfoque, tendo em vista concentrar as idéias em uma única abordagem e tirar maior proveito, dentro dos recursos informativos disponíveis. Em linhas gerais, o tratamento de dados em pauta aproxima-se do utilizado, com êxito, por Freitas e Kessel referidos na INTRODUÇÃO do presente trabalho.

Não se pretende, porém, generalizar os resultados de Rio Claro para toda a Rede Estadual de 2º grau, por ser insignificativa estatisticamente, a amostra utilizada: quatro escolas estudadas para 674 em todo o Estado, conforme estimativa do quadro III (cap. II, p. 43). Mas objetiva-se estudar as dificuldades organizacionais para o conhecimento da evasão através de um exemplo localizado. Exemplo esse que pode, é claro, alimentar hipóteses de trabalhos mais amplos. Tal localização centra-se nas formas de registro da evasão e, mais periféricamente, atenta para os aspectos administrativo-organizacionais. Enfoca-se o ensino de 2º grau, acompanhando-se o generalizado interesse que esse ensino tem despertado nos últimos anos.

Diga-se, de passagem, que a análise quantitativa do desempenho de um sistema educacional ou de uma de suas unidades pode ser feita:

(a) Mediante uma abordagem transversal, avaliando todos os fenômenos ligados a matrículas, durante um ano letivo, nomeadamente a matrícula inicial, as transferências expedidas e recebidas, as repetências, as evasões e os óbitos, e confrontando seus resultados com os recursos humanos, financeiros e materiais utilizados no período escolhido. E/ou

(b) Um tratamento longitudinal, tomando-se aqueles fenômenos e acompanhando-se sua evolução ao longo de um certo número de anos, isto é, o suficiente para que uma dada geração ou coorte discente inicie e con -

clua pelo menos um curso. Como se disse, este foi o tratamento preferido.

Na coleta dos dados utilizaram-se entrevistas - com o delegado de ensino de Rio Claro, três diretores - de escola, um orientador educacional, um supervisor pedagógico e dois funcionários de Secretaria, e consultas aos arquivos das unidades escolares. Um modelo de roteiro de entrevista utilizado pode ser visto no anexo I. - Os dados foram, em seguida, tabulados e elaborados de modo a tornarem apreciáveis as informações sobre matrícula inicial, evasão, transferências recebidas e expedidas e demais ocorrências do fluxo de escolaridade durante o ano letivo, ligadas aos alunos, sem sair do âmbito daquilo que consta nos arquivos escolares.

Considerando que as ocorrências de fluxo supracitadas guardam certas relações matemáticas entre si, em pregou-se a seguinte fórmula, para controlar a correção dos dados através de sua coerência interna, em cada série escolar:

$$Mf = Mi + Tr - Te - E - B \text{ (fórmula 1)}$$

Onde:

Mf = Matrícula final = Matrícula efetiva de dezembro.

Matrícula efetiva de dezembro = número de alunos que efetivamente terminaram o ano no curso.

Mf = aprovados + reprovados.

Mi = Matrícula inicial = registro dos alunos, no início de março, antes de qualquer ocorrência.

Tr = transferências recebidas = alunos que vieram de outros estabelecimentos, durante o ano.

Te = transferências expedidas = alunos que foram para outros estabelecimentos, no correr do ano.

E = evasões ocorridas durante o ano.

B = ôbitos verificados durante o ano.

## 2 - O R E G I S T R O D A E V A S Ã O

Note-se, desde logo, que o fenômeno da evasão é identificado com expressões diversas nos registros escolares, como matrícula cancelada, reprovado por falta, - eliminado, desistente, sendo mais freqüente esta última forma. Além disso, aparece de mistura com outras informações nos livros de Atas ou nos Mapas de Movimento enviados à Delegacia de Ensino em cada mês, sem haver totalização referente ao ano inteiro, no final do 2º semestre letivo.

Essa diversidade de tratamento confirma a hipótese a)segundo a qual é necessário estabelecer modelos de registro da evasão escolar, de modo a se poder quantificá-la com maior precisão.

## 3 - C A R A C T E R I Z A Ç Ã O D A S E S C O L A S E S T U D A D A S

No município de Rio Claro, pertencente administrativamente à atual Divisão Regional de Ensino (DRE) - de Campinas, a segunda maior DRE do Estado, em termos da população escolar matriculada, funcionaram em 1970, - três escolas de 2º grau: o Colégio Estadual (CE) "Prof. João Batista Leme", o Colégio de Aplicação da FFCL de - Rio Claro e o Instituto Estadual de Educação (IEE) "Cel. Joaquim Ribeiro". Em 1971, entrou em atividade o Colégio Técnico Industrial (CTI) de Rio Claro. Desse modo, o estudo cobrirá as quatro escolas caracterizadas a seguir:

a) Duas do antigo ensino secundário, a saber:

(I) O colégio Estadual (CE) "Prof. João Batista-Leme" (com cursos ginasial e colegial), assim denominado de 1967 a 1975 e que teve seu início como Ginásio Estadual (GE) em 1962. Gozava de elevado conceito acadêmico-administrativo, sendo esta a razão principal de sua procura. Contava com amplas instalações próprias, cerca de 20 mil metros quadrados. A partir de 1976 - com a reforma da Secretaria da Educação do Estado, pelo Dec. - 7510/76 - passou a funcionar como escola de 1º grau sob a denominação de Escola Estadual de 1º grau (EEPG) "Prof. João Batista Leme".

(II) O Colégio de Aplicação da FFCL de Rio Claro, de 1969 a julho de 1972, proporcionando a seus alunos - apenas curso colegial. Suas instalações ocupavam a área física do Colégio Técnico Industrial (a ser referido - mais adiante). Mais tarde, denominou-se CE de Rio Claro, de julho de 1972 a novembro de 1975. Sua identificação alterou-se para CE Hamilton Prado, de novembro de 1975 a janeiro de 1976. Foi extinto a partir de fevereiro de 1976. Vê-se, pelo exposto, que a unidade escolar-referida sofreu diversas vicissitudes administrativas. - Doravante, ao me reportar a esse estabelecimento, usarei a designação CE de Rio Claro.

b) O Instituto Estadual de Educação (IEE) "Cel. Joaquim Ribeiro", com instalações próprias, cerca de - 12 mil metros quadrados. Apresentava estrutura didática dos antigos IEE, oferecendo cursos primário, secundário (1º e 2º ciclos), normal e de especialização típicos da queles institutos. O IEE "Cel. Joaquim Ribeiro", assim - identificado desde 1952, pela Lei (estadual) nº 3796, - evoluiu da antiga Escola de Comércio fundada pelo Cel. - Joaquim Ribeiro dos Santos, a 3 de março de 1926, recebendo diversas ampliações até chegar a Instituto de Educação. Esta escola era procurada, preferencialmente, pe las camadas sociais tradicionais da população. A partir de 1976 passou a ser designada por Escola Estadual de -

1º e 2º graus (EEPSG) "Cel. Joaquim Ribeiro"

c) O Colégio Técnico Industrial (CTI) de Rio Claro, ocupando cerca de 30 mil metros quadrados, uma das maiores áreas escolares, dentre as mantidas e administradas pelo Estado, em seu nível e tipo. Em suas dependências funcionavam também o CE de Rio Claro- caracterizado em a), (II)-e o Ginásio Estadual (GE) Chancellor Raul Fernandes. O CTI foi criado e iniciou suas atividades em 1971, administrativamente subordinado à X IREP sediada em São Carlos. Desde 1976, encontra-se ali apenas a Escola Estadual de 1º e 2º Graus(EEPSG) Chancellor Raul Fernandes, aglutinando as que existiam anteriormente.

#### 4 - A N Á L I S E D O S D A D O S.

Consideremos para universo de análise:

- O conjunto das 4 escolas existentes no período, caracterizáveis como constituindo todo o ensino de 2º grau, ou ensino médio, 2º ciclo.

- Ensino Colegial ou antigo secundário, 2º ciclo, ministrado por 3 das escolas estudadas, isto é, CE de Rio Claro, CE "Prof. João Batista Leme" e IEE "Cel.- Joaquim Ribeiro".

- Ensino Normal, ministrado pelo IEE "Cel. Joaquim Ribeiro".

- Ensino Industrial, que encontramos no CTI de Rio Claro.

#### 4.1- O ENSINO DE 2º GRAU

Para o estudo de todo o conjunto de 2º grau, tomamos três gerações escolares sucessivas, 1970-72, 1971-73 e 1972-74, afim de podermos acompanhar a evolução simultânea da demanda de matrículas e da evasão.

A primeira geração citada é composta exclusivamente por estudantes do colegial, uma vez que o CTI iniciou suas atividades em 1971 e o curso normal não apresenta dados para essa coorte. Além disso, lembremos que o normal implica em 4 séries, exibe poucas informações de 1971-74 e 1972-75. Desse modo, tendo reduzido significado no conjunto, sua 4ª série não foi incluída (Veja, mais adiante, estudo específico a respeito). O lapso de 1973 a 1975 não foi considerado, por não haver evidência de melhoria na análise, com sua inclusão.

Utilizando os números-índices do quadro IV, p.52, é possível observar a evolução da matrícula inicial e da evasão, na 1ª série, ano a ano. Para obter o incremento havido basta subtrair 100 do número-índice registrado no quadro. A demanda de matrículas, na 1ª série, aumenta, de 1970 a 1971, em 52,10% e deste para o seguinte, em 43,88%. Entretanto, a deserção cresce, nos mesmos períodos, em 74,28% e 65,57%, respectivamente. Isto coloca uma interrogação importante quanto ao grau de democratização escolar conseguido, uma vez que os percentuais de vasamento são maiores do que os de entrada.

Por outro lado, levando-se em conta cada um dos três cursos completados em 1972, 1973 e 1974 (quadro V, p. 58), veremos que 24,56%, dos 403 alunos que iniciaram o primeiro curso, não o terminaram; dos 613 que começaram o segundo, 19,24% não o concluíram e 20,29% dos 882 iniciantes do terceiro, não chegaram ao seu final.

Em números absolutos, a evasão impediu que 71 -

Q U A D R O   I V .

FLUXO DE ESCOLARIDADE - NÚMERO-ÍNDICE DE BASE MÓVEL - EVOLUÇÃO ANUAL DA MATRÍCULA INICIAL NA 1a. SÉRIE - REDE ESTADUAL-2º GRAU - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANOS	OCORRÊNCIAS	R A M O S   D E   E N S I N O		
		2º GRAU	COLEGIAL	INDUSTRIAL
1970	MATRÍCULA INICIAL	100	100	---
	EVASÃO	100	100	---
1971	MATRÍCULA INICIAL	152,10	120,59	100
	EVASÃO	174,28	94,29	100
1972	MATRÍCULA INICIAL	143,88	143,41	145,66
	EVASÃO	165,57	145,45	189,28

Fonte: Arquivo das Escolas pesquisadas.

Obs.: Em cada ano, a diferença entre 100 e o número-índice registrado corresponde ao acréscimo ou de crêscimo havido. Assim, em 1971, a evasão apresenta, na 1a. série, um acréscimo de 74,28% em todo o ensino de 2º grau e um decrêscimo de 5,71% (100-94,29%) no ensino colegial.



jovens atingissem a 2a. série, 88 a 3a. e 99 chegassem a prestar os exames finais. No curso iniciado em 1971, 82 não alcançaram a 2a. série, 101 a 3a. e 118 não realizaram os últimos exames. Da turma que entrou em 1972, 101 não atingiram a 2a. série, 163 a 3a. e 179 não lograram prestar as provas finais do curso.

Num modelo teórico, o número de concluintes de um dado curso é igual ao número de seus iniciantes. No entanto, na prática, ocorrem percauços diversos no processamento da escolaridade, de modo que o número de conclusões de curso não é igual ao da matrícula inicial na 1a. série.

Denomina-se desperdício escolar ao conjunto de perdas diversas, principalmente evasões, reprovações, transferências e óbitos, no fluxo de escolaridade. O desperdício total acha-se implícito na discrepância entre a matrícula inicial da 1a. série e as conclusões de curso.

Grosso modo, pode ser estimado como a soma das discrepâncias entre as matrículas inicial e final de uma mesma série, a matrícula final de uma série e a inicial da seguinte e, na última série, entre a matrícula inicial e as aprovações.

Ou, mais simplesmente, seu valor estimado pode ser escrito:

Disperdício = Matrícula inicial na 1a.série - - conclusões de curso (quadro VI, p. 59 ).

No entanto, façamos mais algumas excogitações sobre o seu cálculo.

Podemos utilizar a seguinte fórmula para categorizar e analisar quantitativamente as ocorrências durante o fluxo de escolaridade:

$Cc = Mi_1$  (não havendo ocorrências) (fórmula 2)

Mas

$Cc \neq Mi_1$  (por causa das ocorrências havidas) -  
(fórmula 3).

Então

$Cc = Mi_1 + Tr - Te - (R+E+B)$  (fórmula 4), onde;

$Cc$  = Conclusões de curso

$Mi_1$  = Matrícula inicial na 1a. série do curso

$Tr$  = Transferências recebidas

$Te$  = Transferências expedidas

$R$  = Reprovações

$E$  = Evasões

$B$  = Ôbitos verificados

durante  
todo  
o  
curso

Aplicando esta fórmula ao curso iniciado em 1970-  
(quartos V e VI, pp. 58 e 59), temos  $Cc = 403 + 3 - 33 - (105 + 99 + 0) = 169$  (valor esperado).

Mas as conclusões de curso registradas são 248 -  
e  $248 - 169 = 79$  (diferença 1).

Acompanhando o fluxo de escolaridade, temos que:

A matrícula inicial na 1a. série + o total das  
transferências recebidas - o total das transferências -  
expedidas  $\bar{e}$  = conclusões de curso + total das evasões +  
ôbitos, ou, em símbolos

$Mi_1 + Tr - Te = Cc + R + E + B$  (fórmula 5)

Cujos elementos têm os mesmos significados da -  
fórmula anterior.

Utilizando os dados do curso iniciado em 1970,-  
encontramos:

$403 + 3 - 33 = 248 + 105 + 99 + 0$

$373 \neq 452$

$452 - 373 = 79$  (diferença 2).

Discrepância indicativa de alguma anomalia. -  
Outrossim,

Desperdício = reprovações + evasões, ou

$$D = R + E \text{ (fórmula 6)}$$

Onde

D = Desperdício

R = Reprovações

E = Evasões

No caso presente, para o curso iniciado em 1970, achamos:

$$D = 99 + 105 = 204 \text{ (valor observado)}$$

Mas, ponderando ainda que

Desperdício = matrícula inicial na 1ª série + transferências recebidas - transferências expedidas - conclusões de curso, ou

$$D = Mi_1 + Tr - Te - Cc \text{ (Fórmula 7)}$$

Sua aplicação ao curso iniciado em 1970, nos dá

$$D = 403 + 3 - 33 - 248 = 125 \text{ (diferença 3)}$$

Assim, de toda maneira que se calcule o desperdício ou a sua recíproca, a produtividade escolar, esbarremos com discrepâncias significativas entre os valores esperados pelas relações matemáticas e os observados - nos registros escolares. No caso em pauta, estas discrepâncias subestimam o primeiro e superestimam a segunda.

Tais diferenças (1,2 e 3) sugerem várias hipóteses explicativas, de natureza intra-escolar - <sup>assumidos</sup> combinada mente ou em separado - relacionadas com as formas de registrar as ocorrências:

a) ou transferências recebidas tiveram lugar - sem ser assinaladas como tais.

b) ou alunos aprovados em segunda época não tiveram alterada, nos registros, sua condição de reprovados.

c) alunos evadidos retornaram à escola na condição de repetentes.

Obs.: Os reprovados por falta são considerados evadidos na presente análise.

Se aplicarmos a fórmula para os outros dois períodos (quadro V e VI, pp. 58 e 59), encontraremos diferenças no mesmo sentido, isto é, para 1971-73 esperavam-se 314 conclusões. No entanto, o valor real é 363. No período 1972-74, o valor encontrado é 497 e o esperado, 431. Achamos, por isso, que há necessidade de melhoria nas formas de registro e no seu controle, para melhor diagnóstico da situação escolar e conseqüente detecção de causas intra-sistêmicas ou intra-escolares de evasão, neste específico contexto de registro ou em contexto organizacional mais amplo.

Tal diagnóstico é necessário para viabilizar o planejamento de medidas contra a evasão e outros problemas do fluxo de escolaridade de graves repercussões na vida humana. Ora, podemos categorizar as conseqüências da evasão em três grupos principais:

I) Para a escola - representa um desperdício de recursos humanos, financeiros e materiais, pois os evadidos não tiram proveito algum desses recursos.

II) Para os indivíduos evadidos - que não obtêm resultado conclusivo de sua escolaridade e podem ter problemas profissionais e de auto-realização.

III) Para a sociedade - que malbarata os recursos aplicados na escola (utilizáveis em outro setor qual quer) e recebe, em seu contexto, membros despreparados.

## Construção dos quadros

Na montagem dos quadros V a VIII e X a XII, adotou-se o procedimento seguinte:

1 - Registro da matrícula inicial real, em cada série.

2- Registro da evasão real serial, isto é, dentro de cada série.

3 - Registro dos dados de transferência recebida e expedida, aprovação e reprovação, em cada série.

4 - Registro da estimativa da evasão inter-serial.

Calcula-se esta como sendo igual a: aprovação de uma dada série + reprovação da série seguinte, no mesmo ano - a matrícula inicial da série seguinte, no próximo ano. Ex. (segundo os quadros V e VI, pp. 58 e 59).

Evasão inter-serial da 1a. série para a 2a. -  
1970-71 = aprovação na 1a. série em 1970 + reprovação -  
na 2a. série em 1970 - matrícula inicial da 2a. série -  
em 1971 = 272 + 72 - 308 = 36.

5 - Os percentuais são assim calculados:

a) Percentual de evasão serial = Evasão serial x 100 sobre matrícula inicial da série considerada. Ex. (quadro V, p.58): percentual de evasão na 1a. série -- em 1971 =

$$\frac{61 \times 100}{613} = 9,95\%$$

b) Percentual de evasão inter-serial = Evasão inter-serial x 100 sobre matrícula inicial da série antecedente. Ex. (quadro V): evasão inter-serial da 1a. série para a 2a., de 1970-71 =

$$\frac{36 \times 100}{403} = 8,93\%$$

c) Percentual de Evasão acumulada = soma das evasões acumuladas x 100 sobre a matrícula inicial da 1a. série. Ex. (quadro V): Percentual de evasão acumulada até a 3a. série de 1972 =

$$\frac{99 \times 100}{403} = 24,56\%$$

6- Obtêm-se os valores de evasão acumulada, adicionando-se a evasão serial da 1a. série com a inter-serial da 1a. para a 2a., com a evasão serial da 2a., com a inter-serial da 2a. para a 3a. e com a evasão serial da 3a.

Ex. (quadro V, p.58): Evasão acumulada total, de 1972-74 = 101 + 35 + 27 + 16 = 179.

Q U A D R O V  
FLUXO DE ESCOLARIDADE - EVASÃO-REDE ESTADUAL - 2º GRAU-  
MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA INICIAL.	EVASÃO SERIAL		EVASÃO INTER-SERIAL		EVASÃO ACUMULADA	
			Nº ABSOLUTO	%	Nº ABSOLUTO	%	Nº ABSOLUTO	%
1970	1º	403	35	8,68	36	8,93	71	17,61
1971	2º	308	15	4,87	2	0,64	88	21,83
1972	3º	283	11	3,88	--	----	99	24,56
1971	1º	613	61	9,95	21	3,42	82	13,37
1972	2º	424	19	4,48	--	----	101	16,47
1973	3º	410	17	4,14	--	----	118	19,24
1972	1º	882	101	11,45	--	----	101	11,45
1973	2º	733	35	4,77	27	3,68	163	18,48
1974	3º	573	16	2,79	--	----	179	20,29

Fonte: Arquivos das escolas pesquisadas.

Observações.

- 1º. Matrícula Inicial (mi)- Corresponde ao registro dos alunos, no início de março, antes de qualquer ocorrência.
- 2º. Evasão Serial- Soma das Evasões registradas durante o ano, após a matrícula inicial.
- 3º. Evasão Inter-serial - estimada (ver construção dos quadros, p. anterior).
- 4º. A 4a. série não foi incluída por se referir apenas ao curso normal, que, apresentando poucos dados, tem baixo significado no conjunto.

Q U A D R O VI.  
FLUXO DE ESCOLARIDADE - OCORRÊNCIAS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL  
2º GRAU - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO	SÉRIE	TRANSF. EXPEDI DA	TRANSF. RECEBI DA	REPRO VAÇÃO	APROVA ÇÃO	DESPERDÍCIO	
						Nº ABSO LUTO	%
1970	1º	7	3	92	272	95	23,57
1971	2º	4	-	11	278	25	8,11
1972	3º	22	-	2	248	35	12,36
TOTAL		33	3	105	---	155	38,46
1971	1º	14	7	111	434	189	30,83
1972	2º	7	2	28	372	14	3,30
1973	3º	24	3	9	363	47	11,46
TOTAL		45	12	148	---	250	40,78
1972	1º	5	1	101	676	149	16,89
1973	2º	10	1	98	591	160	21,82
1974	3º	19	2	43	497	76	13,26
TOTAL		34	4	242	---	385	43,65

Fonte: Arquivos das Escolas pesquisadas.

Observações.

1a. TRANSFERÊNCIA EXPEDIDA (Te) - Alunos que se transferiram para outros estabelecimentos durante o ano, após a matrícula inicial.

2a. TRANSFERÊNCIA RECEBIDA (Tr) = Alunos que vieram de outros estabelecimentos, por transferência, durante o ano, após a matrícula inicial.

3a. DESPERDÍCIO até a 2a. série (inclusive) = Matrícula inicial de uma série - a matrícula inicial da série seguinte.

4a. DESPERDÍCIO na última série = Matrícula inicial da última série - conclusão de curso.

5a. DESPERDÍCIO TOTAL = Matrícula inicial da 1a. série - aprovação na 3a. série, ou conclusão de curso.

6a. A 4a. série não foi incluída por se referir apenas ao curso normal, que apresentando poucos dados, tem baixo significado no conjunto.



#### 4.2- O ENSINO COLEGIAL.

O ensino Colegial é o único ramo que nos apresenta dados em todo o período de 1970-75. O ano de 1975 não foi incluído, porque nada acrescentaria de novo. São consideradas aqui as gerações de 1970-72, 1971-73 e 1972-74. A demanda de matrículas aumenta seguidamente, de um ano para outro, dentro de cada série, assim como a evasão, com pequenas variantes. Procedendo como no 2º grau, voltemos ao quadro IV, p. 52. Os números-índices ali registrados nos permitem apreciar a evolução da matrícula inicial e da evasão, na 1ª série, ano a ano. De 1970 para 1971, a demanda de matrículas cresce 20,59%; de 1971 a 1972, 43,41%. Quanto à evasão, observamos um decréscimo de 5,71% de 1970 a 1971 e um acréscimo de 45,45% de 1971 para 1972. Mais gente permanece na escola, pois a demanda é maior que a evasão.

Entretanto, analisando cada geração, aplicam-se as mesmas verificações do 2º grau, para os 403 alunos ingressados em 1970, isto é, daqueles 403 alunos, 24,56% não terminaram seu curso. Dos 486 que principiaram o

curso em 1971, 45 não atingiram a 2a. série, 63 a 3a. e 80 não realizaram os últimos exames.

Da turma que entrou para o curso em 1972, 48 não alcançaram a 2a. série, 125 a 3a. e 138 não chegaram a prestar as provas finais do curso.

Percentualmente, o maior valor de evasão ocorre em 1972 com 24,56%, idêntico ao do 2º grau em seu conjunto. Em 1973 e 1974 decrescem os percentuais para 16,46 % e 19,79%, respectivamente, menores do que os do 2º grau (quadro VII, p.63 ).

Essa maior capacidade retentiva do colegial, ao mesmo tempo que é o resultado da seleção ocorrida no 1º grau, confirma o caráter elitizante que se atribui ao ensino acadêmico. Podem-se sustentar as hipóteses de que

a) A clientela desse ramo de ensino provém de famílias com maior tradição de escolaridade, que acreditam na escola como canal de ascensão social e, conseqüentemente, mostram-se mais interessadas em participar da liderança da sociedade. Diga-se, a propósito, que o Parecer 76/75, do Conselho Federal de Educação, citando estudo para embasamento de seu trabalho, faz constar a predominância do interesse pelo acesso à universidade por parte dos estudantes dos cursos colegiais (60).

b) Essas famílias, em sua maioria, são mais bem aquinhoadas economicamente. Estamos, pois, em presença de fatores extra-sistêmicos intervenientes no funcionamento escolar.

---

(60) Cf. BRASIL. Conselho Federal de Educação, Parecer 76/75, in revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol.61, nº 137, p.102, 1976.

Recordemos a fórmula 4 da p.54.

$$C_c = M_{i_1} + Tr - Te - (R+E+B) \text{ (Fórmula 4) onde:}$$

$C_c$  = Conclusões de curso

$M_{i_1}$  = Matrícula inicial na 1ª. série do curso

$Tr$  = Transferências recebidas

$Te$  = Transferências expedidas

$R$  = Reprovações

$E$  = Evasões

$B$  = Óbitos verificados

durante

todo

o

curso

Sua aplicação aos dados dos quadros VII e VIII-pp. 63 e 64, nos mostra valores esperados de conclusões de curso menores que os observados, em 1972, 1973 e 1974, sendo cabíveis as hipóteses explicativas levantadas para o ensino de 2º grau como um todo, tanto quanto as decorrentes considerações. Esse ramo de ensino é o que oferece o menor desperdício e, em consequência, a maior produtividade: seus índices são melhores que os do industrial e que os do conjunto do 2º grau (quadro IX, p. 65).

Q U A D R O VII  
FLUXO DE ESCOLARIDADE - EVASÃO - REDE ESTADUAL - 2º GRAU --  
ENSINO COLEGIAL - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANOS	SÉRIE	MATRICU- LA INI - CIAL	EVASÃO SERIAL		EVASÃO INTER-SERIAL		EVASÃO ACUMULADA	
			Nº ABSO LUTO	%	Nº ABSO LUTO	%	Nº ABSO LUTO	%
1970	1º	403	35	8,68	36	8,93	71	17,61
1971	2º	308	15	4,87	2	0,64	88	21,83
1972	3º	283	11	3,88	--	----	99	24,56
1971	1º	486	33	6,79	12	2,46	45	9,25
1972	2º	366	18	4,91	--	----	63	12,96
1973	3º	356	17	4,77	--	----	80	16,46
1972	1º	697	48	6,88	--	----	48	6,88
1973	2º	628	28	4,45	49	7,80	125	17,93
1974	3º	471	13	2,76	--	----	138	19,79

Fonte: Arquivos das Escolas pesquisadas.

Obs. : Ver construção dos quadros p.57.

Q U A D R O VIII  
FLUXO DE ESCOLARIDADE - OCORRÊNCIAS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL  
2º GRAU - ENSINO COLEGIAL - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO	SÉRIE	TRANSF. EXPEDI DA	TRANSF. RECEBI DA	REPROVAÇÃO.	APROVAÇÃO.	DESPERDÍCIO Nº ABSO-% * LUTO	
1970	1º	7	3	92	272	95	23,57
1971	2º	4	-	11	278	25	8,11
1972	3º	22	-	2	248	35	12,36
TOTAL		33	3	105	---	155	38,46
1971	1º	12	-	74	367	120	24,69
1972	2º	7	1	27	315	10	2,73
1973	3º	24	3	4	314	42	11,79
TOTAL		43	4	105	---	172	35,39
1972	1º	4	-	75	570	69	9,89
1973	2º	10	1	75	516	157	25,00
1974	3º	18	2	43	399	72	15,28
TOTAL		32	3	193	---	298	42,75

Fonte: Arquivos das Escolas pesquisadas.

\* As percentagens de desperdício de cada série são calculadas em relação à matrícula inicial da série correspondente.

Ex. Desperdício %, 2º série, 1973 =

$$\frac{157 \times 100}{628} = 25,00\%$$

Obs: Os valores de matrícula inicial encontram-se no quadro anterior.

A percentagem de desperdício total calcula-se em relação à matrícula inicial da 1ª série. Ex. Desperdício total % 72-74 =

$$\frac{298 \times 100}{697} = 42,75\%$$

Q U A D R O IX.

FLUXO DE ESCOLARIDADE - DESPERDÍCIO E EVASÃO - TOTAIS -  
REDE ESTADUAL - 2º GRAU - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO FI- NAL DE COORTE.	OCORRÊNCIAS		2º GRAU	COLEGIAL	INDUSTRIAL
	DESPER- DÍCIO-	Nº ABSOLUTO %			
1972		Nº ABSOLUTO	155	155	---
		%	38,46	38,46	---
	EVA -	Nº ABSOLUTO	99	99	---
	SÃO	%	24,56	24,56	---
1973		Nº ABSOLUTO	250	172	78
		%	40,78	35,39	61,41
	EVA -	Nº ABSOLUTO	118	80	41
	SÃO	%	19,24	16,46	32,28
1974		Nº ABSOLUTO	385	298	110
		%	43,65	42,75	59,45
	EVA -	Nº ABSOLUTO	179	138	66
	SÃO	%	20,29	19,79	35,67

Fonte: arquivos das escolas pesquisadas.

Obs.

1a. Desperdício = Matrícula inicial na 1a. série - conclusões de curso.

2a. Os dados do presente quadro referem-se aos cursos terminados, respectivamente em 1972, 1973 e 1974.

#### 4.3- O ENSINO NORMAL

Nesse ramo de ensino, sã dispomos de dados reais, e assim mesmo incompletos, de matrícula inicial e evasão, para os anos de 1974-75, ambas crescentes. Por isso, as mortes em apreço sã as de 1973-74 e 1974-75. - Note-se que o ensino normal, no caso, constituía uma diversificação ocorrente na 3a. sãrie do colegial integrado. Este, antecessor do atual ensino de 2º grau por habilitações, é o mesmo que Colégio Integrado ou Colégio- Unificado e Pluricurricular: um agrupamento de ramos de ensino, principalmente do antigo Colegial Secundário e Curso Normal, estruturado segundo a LDB (arts 34,47 § único, assim como art.44 § 2º, art.49 § 2º). Foi estabelecido em São Paulo pela Resolução 33/68 de 30 de dezembro de 1968, do Conselho Estadual de Educação. Fazia-se a diversificação na 3a. sãrie, por áreas, como Artes, Ciências Administrativas, Ciências Humanas, Ciências Físicas e Biológicas, Educação e Letras (61). Isso impede a existãncia de dados nas sãries anteriores a 3a. Alãmdo que problemas de registro dificultam a nossa anãlise. Por exemplo, a matrícula inicial da 4a. sãrie, em 1975 é maior que a da 3a. sãrie, em 1974, encobrendo a existãncia de transferãncias recebidas das quais não hã registro. Não o hã tambãem de reprovações da 4a. sãrie em 1974 e que poderiam figurar, na condição de repetentes na mesma sãrie, no ano seguinte. O nãmero de evadidos, nessa mesma sãrie, em 1974, é reduzido. Destarte, não conseguimos encontrar explicação para aquela diferença a mais (criou-se assim um impasse que não pãde ser resolvido nas entrevistas).

---

(61) Cf. Jayme ABREU, Natureza do Segundo Ciclo do Ensino Mãdio, in Anais da IV Reunião da Conferãncia Nacional de Educação, p.61, 1969.

Por isso, não há possibilidade de se avaliar o desperdício na coorte que termina o curso em 1975 e, na precedente, seu valor é igual à evasão (quadro X, p.68).

Embora os dados desse ensino sejam poucos, podemos tirar algumas ilações hipotéticas explicativas, ligadas a fatores extra-escolares que interferem no seu funcionamento:

(I) Sua baixa demanda indica ser um ensino em extinção, por saturação de seu mercado profissional e pela perda de seu papel de canal de ascensão social nas camadas médias.

(II) Seu índice de evasão relativamente alto (26,92%), situado entre os do colegial e os do industrial, sugere bem - junto com os dados de demanda acima referidos - a situação de perplexidade em que se encontra a sua clientela: final de um processo cultural em que as populações atribuíam considerável valor ao magistério primário como profissão particularmente elegível para as mulheres. Entre outros motivos, é de se observar que o exercício do magistério primário está entre as profissões que menos dificilmente se harmoniza com as atividades domésticas femininas, seja por preconceitos culturais, seja por exigir menor permanência fora de casa. Essas vantagens, contudo, chocam-se com a saturação cada vez maior do mercado profissional: daí a perplexidade referida.

#### 4.4- O ENSINO INDUSTRIAL

Note-se que o Colégio Técnico Industrial foi criado em 1971, significando, portanto, uma ampliação na oferta de vagas escolares. A sua clientela é numeri-



Q U A D R O X

FLUXO DE ESCOLARIDADE - OCORRÊNCIAS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL

2º GRAU - ENSINO NORMAL - MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO	SÉRIE	MATRÍCULA INICIAL	EVASÃO SERIAL		TRANSF. EXPEDIDA	APROVAÇÃO
			Nº ABSOLUTO	%		
1971	1º	--	--	---	---	---
1972	2º	--	--	---	---	---
1973	3º	--	--	---	---	---
1974	4º	22	3	13,63	---	19
TOTAL		--	3	13,63	---	---
1972	1º	--	--	---	---	---
1973	2º	--	--	---	---	---
1974	3º	26	2	7,69	1	23
1975	4º	38	5	13,15	---	33
TOTAL		===	7	26,92	1	--

Fonte: Arquivos das escolas pesquisadas.

Obs.:

1a. Recordemos que o curso normal analisado era uma diversificação do colegial integrado, já focalizado no texto e que foi instituído, em São Paulo, pela Resolução 33/68, do Conselho Estadual de Educação. A diversificação se fazia na 3a. série, de sorte que não há dados nas séries anteriores.

2a. O desperdício é igual a evasão, no curso que se finda em 1974. No curso seguinte, concluído em 1975, os dados de arquivos não permitem sua avaliação. As indagações a respeito, nas entrevistas, não esclareceram o impasse criado. Não esclareceram, outrossim, a inexistência de informações para a 3a. série, em 1973.

camente a 3a. em relação as demais escolas. São tratadas aqui as coortes de 1971-73 e 1972-74. Da primeira turma para a segunda, observamos um substancial aumento na demanda de matrículas, mas, também, na evasão. Os números-índices do quadro IV, p.52, nos mostram que, na 1a. série, houve um aumento de 45,66%, na demanda e 89,28%, na evasão, de 1971 a 1972. Logo, o incremento da evasão é notoriamente superior ao da demanda. Além disso, dos 127 alunos, que iniciaram o curso em 1971, 37 não alcançaram a 2a. série, 41 a 3a. e, em igual valor não prestaram os exames finais. Dos 185 ingressados em 1972, 54 não chegaram à 2a. série, 65 à 3a. e 66 aos últimos exames. 32,28% abandonaram o curso, antes de sua conclusão, até 1973 e 35,67%, até 1974 (quadro XI, p.70 ). Calculando o desperdício como a diferença entre os que iniciaram o curso e o número de conclusões, veremos que 61,41% dos 127 que ingressaram em 1971 não terminaram em 1973 e 59,45% dos 185 que se matricularam em 1972, na 1a. série, não concluíram o curso em 1974 (quadro XII, p. 71 ).

As percentagens de evasão e de desperdício manifestam-se patentemente maiores que as do colegial e de todo o 2º grau, estando em flagrante desvantagem, por conseguinte, quanto à produtividade (quadro IX, p.65).

Várias hipóteses explicativas do fenômeno podem ser levantadas, dentro das perspectivas intra e extra-escolares. Intra-escolarmente, não se podem minimizar .

(I) Os problemas de registro das diversas ocorrências do fluxo de escolaridade, como se viu nos casos anteriores;

(II) Os efeitos dos problemas administrativo-organizacionais mais amplos sobremaneira típicos nos domínios do CTI, uma vez que suas instalações eram partilhadas com mais duas escolas.

Extra-escolarmente, ressaltamos que:

Q U A D R O   X I

FLUXO DE ESCOLARIDADE-EVASÃO-REDE ESTADUAL-2º GRAU-  
ENSINO INDUSTRIAL-MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANOS	SE- RIE	MATRI- CULA INI- CIAL	EVASÃO SERIAL		EVASÃO INTER-SERIAL		EVASÃO ACUMULADA	
			Nº ABSO- LUTO	%	Nº ABSO- LUTO	%	Nº ABSO- LUTO	%
1971	1º	127	28	22,04	9	7,08	37	29,13
1972	2º	58	1	1,72	3	5,17	41	32,28
1973	3º	54	--	---	-	----	41	32,28
1972	1º	185	53	28,64	1	0,54	54	29,18
1973	2º	105	7	6,66	4	3,80	65	35,13
1974	3º	76	1	1,31	-	----	66	35,67

Fonte: Arquivos das escolas pesquisadas.

Q U A D R O    X I I .  
FLUXO DE ESCOLARIDADE - OCORRÊNCIAS POR SÉRIE - REDE ESTADUAL  
2º GRAU - ENSINO INDUSTRIAL-MUNICÍPIO DE RIO CLARO

ANO	SÉRIE	TRANSF. EXPEDI DA	TRANSF. RECEBI DA	REPRO VAÇÃO	APRO VAÇÃO	DESPERDÍCIO	
						Nº ABSO- LUTO	%
1971	1º	2	7	37	67	69	54,33
1972	2º	==	1	1	57	4	6,89
1973	3º	-	-	5	49	5	9,25
TOTAL		2	8	43	--	78	61,41
1972:	1º	1	1	26	106	80	43,24
1973	2º	-	-	23	75	29	27,61
1974	3º	-	-	--	75	1	0,54
TOTAL		1	1	49	---	110	59,45

Fonte: Arquivos das escolas pesquisadas.

(III) As famílias cujos filhos vão para o ensino técnico são, em sua maioria, de pouca tradição escolar, ao contrário das do ensino colegial. Por isso, valorizam pouco a escolarização.

(IV) Os alunos do ensino técnico procedem, majoritariamente, das camadas mais pobres da população. Sendo assim, evadem-se principalmente por necessidade de trabalhar, causa já observada por Diva Müller da Rocha (62), para o ensino de 1º grau. Assim, as causas econômicas e culturais de evasão caminham frequentemente juntas, não se podendo separá-las, a não ser para fins didáticos. A Encyclopedia of Educational Research coloca em primeiro plano, dentre todas as causas, as culturais (63).

Comparando os ramos de ensino, vistos até aqui, podemos afirmar que o ensino colegial não exhibe incremento percentual de evasão muito maior do que o de matrícula inicial, em 1972, chegando, mesmo, a ser menor em 1971. É o ramo mais produtivo, por evidenciar o menor desperdício, sendo a demanda levemente superior a deserção (quadro IV, p.52). Parece aí ser decisivo o interesse de seus alunos pelo acesso à universidade. Aliás, como se disse, a predominância de tal interesse nos estudantes do colegial pode ser vista em referência feita pelo Parecer 76/75 do Conselho Federal de Educação.

O ensino normal nos proporciona poucos dados de demanda e seus índices de evasão ocupam uma posição intermédia, entre os outros dois ramos. Nele estão presentes, também, os fatores intra e extra-sistêmicos de abandono escolar já referidos.

---

(62) Diva Müller da ROCHA, A Problemática do Fluxo Escolar - Através da Evasão e da Repetência-Ensino de 1º grau, Santa Maria, 1972.

(63) Robert L. EBEL e outros, DROPOUT: Causes and Consequences, in Encyclopedia of Educational Research, 1969.

Os maiores índices de evasão e de desperdício - ocorrem no ensino técnico (quadro IX, p.65). O maior incremento (45,66%) na demanda de matrículas, na 1a. série, tem lugar nesse ramo de ensino, mas acompanhado, - também, do maior incremento da evasão (89,28%-quadro IV, p.52), em relação a 1971. Portanto, a segunda sobrepõe, nitidamente, a primeira. Os problemas de funcionamento do ensino industrial, consoante o que já se disse, estão ligados a fatores culturais e econômicos.

Pelo que se encontrou nos arquivos escolares, o movimento de transferências é pequeno em todos os casos (quadros VI, p.59, VIII, p.64, X, p.68 e XII, p.71). Disso se infere a pouca mobilidade da população escolar, suposto não haver falhas de registro, o que não parece verdadeiro.

Pelos dados disponíveis, a evasão por série em todo o conjunto do ensino de 2º grau revela-se, em Rio Claro, inferior ao de toda a rede estadual correspondente (64). Nesse sentido, as escolas estudadas são mais produtivas. Entretanto, seu número é insignificante, estatisticamente ( $4/674 = 0,59\%$ ) para autorizar generalizações.

O levantamento de Rio Claro não incluiu o discipulado de 8a. série do ensino de 1º grau. Mas o vazamento, na passagem para o 2º grau, pode ser apreciado pelo afunilamento do sistema, tendo-se em conta que havia, do meio para o final do período analisado, 15 escolas estaduais de 1º grau no citado Município - das quais 7 mantinham o 1º ciclo completo do antigo ensino médio e 4 de 2º grau. Assim, a oferta de vagas neste ensino, era, no máximo, equivalente a 26,66% de todo o 1º grau e 57,14% do 1º ciclo do ensino médio.

---

(64) Cf. SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, O Fluxo De Alunos Dentro do Sistema de Ensino, in Plano Trienal 77-78-79, p.30, 1977.

## CONCLUSÕES E SUGESTÕES

### 1 - CONCLUSÕES

#### 1.1- PALAVRAS INICIAIS

Consoante ficou expresso na Introdução deste trabalho, ressaltam a minha experiência docente e a literatura educacional que nem todos os alunos concluem os cursos iniciados. Isso é provocado por diversos fatores, sendo a evasão um dos principais. Essa evasão é também causa importante de baixa produtividade dos sistemas educacionais brasileiros, conforme muitos estudiosos já destacaram. Conquanto escassas, as informações disponíveis revelam sua ocorrência em todos os níveis de ensino. Sua presença no ensino de 2º grau, é considerável embora menos marcante que no 1º grau. Mas, havendo ainda menos informações já elaboradas sobre o abandono escolar, no ensino de 2º grau e constituindo o seu registro uma das dificuldades influentes nessa escassez informativa, assinalada por documentos estaduais, como o Plano Trienal, 77-78-79 e o Boletim Informativo, nº 1, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 1977, decidi-me a estudar o problema do registro da deserção, numa perspectiva bibliográfica e de campo, a nível de unidade escolar.

O problema foi enfrentado de um ponto de vista intra-sistêmico ou intra-escolar, enfocando os antigos ramos de ensino secundário, normal e técnico, em quatro escolas estaduais de 2º grau, no município de Rio Claro e no período de 1970-75. Essa delimitação levou em consideração, principalmente, viabilizar a pesquisa-pela-existência de dados em arquivos- e contribuir com alguma informação, no ensino de 2º grau, que tem despertado generalizado interesse e tido considerável expansão nos

Últimos anos.

Adotou-se um procedimento crítico-organizacional e de coleta de dados. A abordagem crítico-organizacional corresponde, basicamente, ao primeiro e segundo capítulos. No capítulo I, mostrou-se que os fundamentos da organização escolar brasileira, contidos na legislação e no pensamento de grandes educadores, são de tendências liberais.

Por outro lado, o fenômeno da evasão so configura um problema, realmente, para uma sociedade onde se postule a educação para todos, ou, pelo menos, para muitos, como um princípio e um direito. Assim é por ser necessário afastar todas as causas de baixa produtividade escolar a fim de se poder cumprir o referido princípio. Em outros termos, o abandono escolar constitui problema num sistema educativo orientado segundo a ideologia liberal. Ora, essa ideologia, de origem muito antiga, corporificou-se no século XVIII, mormente através dos autores iluministas como Montesquieu, Rousseau e outros na Europa. Adotada pela burguesia, na defesa de seus interesses exclusivos, acabou por difundir-se para outros continentes. Muitos pensadores, apropriando-se desse liberalismo restrito em seus fins, procuram ampliá-lo, aplicando-o a todos os indivíduos, independentemente da classe social de origem. Por outro lado, as proposições legais fundamentais sobre a educação brasileira e as de seus grandes líderes são de tendências liberais. É o caso da Constituição Federal, da LDB, da Lei 5692/71 e de autores, como Anísio Teixeira e Almeida Junior. Sua prática, através dos sistemas educacionais, contudo, é elitizante.

Esclareceu-se, também no capítulo I, a noção de sistema educacional utilizada. Essa corresponde a um conjunto formado pela rede escolar e suas estruturas didática, administrativa e regulamentar.



No capítulo II, vimos que o funcionamento escolar brasileiro é condicionado pela estrutura social e em consequência, elitizante. A organização da educação brasileira tem caminhado segundo as exigências da estrutura social. A sociedade colonial, de natureza dicotômica, forma-se essencialmente da nobreza de títulos concedidos, que se sobrepõe aos escravos e aos poucos homens livres (artesãos), à maneira de estamentos. A tal sociedade basta uma educação de elite, para os dirigentes e aquisição de habilidades práticas, para os dirigidos. Durante o império não há mudanças importantes. No seu final prevalecem dois tipos estanques de educação escolar:

(1) O da elite, de natureza acadêmica, constituído pelas escolas médias, predominantemente particulares, os internatos, os preparatórios e parcelados e algumas faculdades mantidas pelo governo imperial.

(2) O das massas, atribuído às províncias pelo Ato Adicional de 1834, compreendendo o primário elementar e complementar e as escolas vocacionais de nível médio.

No século XX, a sociedade brasileira passa por várias transformações, mediante um processo de substituição da estrutura agrária por uma estrutura urbano-industrial. E hoje é definida como uma sociedade capitalista periférica e dependente. A classe média, em sua formação, serve-se da escolaridade como canal de ascensão social. O discurso educacional é de tendências liberais, mas sua praxis, elitizante. A estrutura didático-administrativa da educação é centralizada: totalmente, até as Leis Orgânicas de 1942-46, abolidas pela LDB. A Lei 5692/71 descentralizou um pouco, permitindo alguma decisão aos sistemas não federais.

Certas características dos sistemas educacionais brasileiros, como o seu afunilamento, por exemplo, configuram sintomas de evasão. O conhecimento desta,

porém, é precário, por falta de investigações a respeito e de formas adequadas de registro de sua ocorrência nas escolas: esta, uma das dificuldades apontadas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, ao procurar diagnosticar a situação escolar paulista, a fim de poder reorganizar a sua estrutura, em 1976.

A coleta de dados e sua análise são tratadas no capítulo III. Ali examinamos diversas ocorrências do fluxo de escolaridade, a saber, a transferência, a re-provação e a evasão, tendo sido encontradas diversas formas de registro desta, como matrícula cancelada, eliminado, reprovado por faltas, desistente etc, sendo a última a mais usual.

Foram confirmadas as hipóteses:

a) É necessário estabelecer modelos de registro da evasão escolar, de modo a se poder quantificá-la com maior precisão:

b) É possível estabelecer relações funcionais entre:

(1) Índices de evasão e problemas organizacionais da escola.

(2) Índices de evasão e tipo ou ramo de ensino.

De fato, em relação a todo o conjunto de 29 grau e seus antigos ramos, secundário, normal e técnico, o ensino colegial apresentou os menores índices de evasão e o industrial, os maiores. Isso vem em apoio da hipótese 2, porquanto a variação de ramo corresponde uma variação nos valores dos índices. Ademais, o Colégio Técnico Industrial (CTI) de Rio Claro partilhava suas instalações com dois outros estabelecimentos, o Colégio Estadual de Rio Claro e o Ginásio Estadual Chanceler Raul Fernandes, sofrendo, com isso, diversos problemas administrativo-organizacionais, o que abona a hipótese 1.

Encontramos apoio também para a hipótese a), - pois o exame dos arquivos escolares patenteou a existência de diversas formas designativas da evasão, como se disse acima. As entrevistas mostraram ser necessário e desejável o uso de uma forma padronizada. Aliás, a Secretaria da Educação do Estado já denunciara essa necessidade. Seus documentos informam sobre a criação, em 1976, do Centro de Informações Educacionais, encarregado de coordenar informações sobre o sistema educacional paulista (65). Mas, para isso, é preciso conceituar o que vai ser coordenando e determinar termos próprios para o seu registro.

## 1.2- OS RESULTADOS DE RIO CLARO

Conforme vimos no último capítulo, existiam, no município de Rio Claro, três escolas estaduais de 2º grau, em 1970. A partir do ano seguinte, entrou em exercício mais uma, o CTI de Rio Claro. Dessa forma, até 1975, funcionaram ali as quatro escolas analisadas neste trabalho. Vemos, pois, que houve uma expansão de 33% da rede escolar. Com a reforma da Secretaria da Educação do Estado, em 1976, o número de escolas estaduais de 2º grau em questão caiu para duas. EEPSEG (antigo IEE) "Cel. Joaquim Ribeiro" e EEPSEG Chanceler Raul Fernandes, ocupando esta as antigas instalações do CTI de Rio Claro e aglutinando as três escolas que ali funcionavam anteriormente.

---

(65) SÃO PAULO. Secretaria da Educação, Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional, Centro de Informações Educacionais (CIE), Boletim Informativo, ano 1, nº 1, p.7, 1977.

Portanto, no lugar das quatro escolas de 2º grau pesquisadas existem duas e, com a criação posterior de outra, o município de Rio Claro conta, em 1979, com três escolas estaduais de 2º grau. Considerando que os índices de evasão encontrados na pesquisa são menores - que os do sistema estadual, defrontamo-nos com uma contradição, pelo menos à primeira vista, pois parece ter havido um retrocesso - e não um progresso - no atendimento da população escolar. Além de contarmos hoje com um número menor de escolas de 2º grau, foi extinta uma de alto nível.

### 1.3- AS PROPOSIÇÕES E REALIZAÇÕES NA ESCOLA

Vivemos no Brasil, uma contradição fundamental na educação escolar: a legislação do ensino exibe proposições de caráter liberal e assim o proclamam os grandes educadores, sem que tal se concretize no contexto prático. Este resente-se das tradições aristocratizantes do passado. Por outra parte, a política educacional brasileira parece preocupada antes em utilizar maximamente os recursos do que em produzir novas fontes, vale dizer, aparenta uma preocupação economiscista da aplicação dos recursos disponíveis, mormente a partir da década de 60 (66).

Os sistemas educacionais estão longe de atingir toda a população escolarizável.

---

(66) Bárbara FREITAG, Escola, Estado e Sociedade, cap.3, 1978.

Como se vê, pelo quadro XIII, p.82 ,ã medida - que se sobe na faixa etária, o incremento de população - no ensino de 2º grau diminui de significado, de 1970 a - 1975. Assim, na idade de 15 anos, a população escolari - zável aumenta 14,96% e a do 2º grau, 154,93%. Aos 18 a - nos, a população escolarizável aumenta 10,92% é a do 2º grau, 76,51%, indicando a presença da deserção. Há,porém, um progresso na relação entre população matriculada no - ensino de 2º grau e a escolarizável, variando as percen - tagens de 5,61%, com 15 anos,a 14,08% com 17 anos, em - 1970 e de 12,46%, com 15 anos, a 22,60%, com 17, em - 1975.

A escolarização é baixa em virtude da permanên - cia de problemas graves, como a evasão e outros. Ainda - que impossível uma quantificação desta no ensino de 2º - grau, por insuficiência informativa, os dados disponí - veis já salientam a sua presença. Em contrapartida, os indivíduos de condições sócio-econômicas e físicas des - favoráveis que conseguem varar as barreiras e elevar-se educacional-socialmente significam alguma coisa que de - safia o nosso ainda incompleto conhecimento científico.

Se se pretende organizar no Estado de São Paulo e, por extensão, no Brasil, sistemas educacionais demo - cráticos, ou seja, sistemas do tipo compreensivo, nos - quais os indivíduos em número cada vez maior, possam re - ceber uma formação de caráter tríplice:

(a) profissionalização adequada a ingressarem - na força de trabalho em nível médio;

(b) cultura geral própria para se posicionarem - convenientemente nas sociedades hodiernas e

(c) preparo suficiente para continuarem sua es - colarização no nível seguinte.

Nesses termos, é possível e desejável diminuir mas não anular os índices de evasão escolar porque sempre podem ocorrer fatores acidentais de abandono da escola. Numa escola assim pensada e organizada o que mais se há de levar em conta, com relação aos alunos, é sua capacidade e não sua origem social.

Q U A D R O    X I I I

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL E ESCOLARIZADA - 2ª GRAU -  
ESTADO DE SÃO PAULO - 1970 e 1975 -  
NÚMERO ÍNDICE DE BASE MÓVEL

IDADE	ANO	POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL		POPULAÇÃO NO 2ª GRAU		2ª GRAU/POP ESCOLARIZÁVEL
		Nº ABSOLUTO	Nº ÍNDICE *	Nº ABSOLUTO	Nº ÍNDICE *	%*
15	1970	390.298	100	21.934	100	5,61
	1975	448.687	114,96	55.917	254,93	12,46
16	1970	382.731	100	40.681	100	10,62
	1975	438.233	114,50	86.777	213,31	19,80
17	1970	373.216	100	52.582	100	14,08
	1975	429.143	114,98	97.011	184,89	22,60
18	1970	380.664	100	48.095	100	12,63
	1975	422.259	110,92	84.893	176,51	20,10

Fonte: 1970- Censo Demográfico IBGE - estudantes.  
 1975- CIE/SE - Matrícula inicial-Extrato -  
 ver Plano Trienal 77-78-79,p.113, 1977 - já citado.

\* Percentagens calculadas pelo autor.

## 2 - SUGESTÕES

### 2.1- O REGISTRO DA EVASÃO

Constatou-se, nas escolas, a existência de vários termos designativos do abandono discente. Não são diversos no conjunto dos estabelecimentos, como ocorrem dentro de cada um deles. Desse modo, qualquer levantamento a respeito, teria de incluir uma fase necessária de padronização do termo empregado.

A nossa sugestão é de que conste sempre, para designá-lo, a expressão evadido nos mapas de movimento mensais, registrando-se no último mapa do ano letivo, além de seu valor próprio de dezembro, o total ocorrido em todo o ano. Isso, por dois motivos principais: em primeiro lugar, porque a expressão é a mais corrente entre os estudiosos do assunto; em segundo lugar, para facilitar os trabalhos de pesquisa, pois eliminaria a necessidade de uma fase de padronização terminológica. Conseqüentemente, o caminho para um melhor conhecimento dos problemas escolares estaria, assim, franqueado.

### 2.2- NECESSIDADE DE NOVOS ESTUDOS

Novas pesquisas são necessárias, com o fim de cobrir todas as redes de ensino do Estado de São Paulo e tornar possível o estabelecimento de parâmetros válidos na avaliação do rendimento do sistema paulista ( ou dos sistemas, se considerarmos a rede federal num sistema próprio, como o faz a legislação ) e simultaneamente capazes de medir o grau de democratização de nossas escolas.



Sugerimos estudos abrangendo as seguintes questões relacionadas com o ensino de 2º grau:

a) Influência de aspectos estruturais escolares sobre a evasão não focalizados nesta dissertação, como, por exemplo, a estrutura curricular.

b) Fatores culturais de evasão.

c) Fatores econômicos de evasão.

B I B L I O G R A F I A

- ABREU, Jayme -- Educação, Sociedade e Desenvolvimento -- RJ --- Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos-- 1968.
- ABREU, Jayme -- Natureza do II Ciclo do Ensino Médio -- in Anais da IV Reunião da Conferência Nacional de Educação-- SP -- vol 1 -- pp. 49-84-- 22 à 28 de junho-- 1969.
- ALMEIDA JUNIOR, A.Ferreira de- A Escola Pública e A Escola Particular - in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos - RJ - vol 34 - nº 79 - pp.192-203 - julho-setembro- 1960.
- ALMEIDA JUNIOR, A. Ferreira de-- Relatório Geral da Comissão (ao anteprojeto da LDB) -- in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos -- RJ --vol. 13-- nº 36-- pp.48-109 -- maio-agosto-- 1949.
- BARROS, Roque Spencer Maciel de -- Introdução à Filosofia Liberal --SP-- Editorial Grijalbo-- 1971.
- BEISSEGEL, C. de Rui -- Estado e Educação Popular --SP- Livraria Pioneira- 1974.
- BEST, John W. -- Cómo Investigar em Educação --Madrid-- Ediciones Morata S/A -- 1970.

- BOURDIEU, Pierre e  
PASSERON, J. Claude -- A Reprodução, Elementos para uma Teoria, do Sistema de Ensino-- tradução de Reynaldo Bairão--SP-- Livraria Francisco Alves-- 1975.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação--Parecer 76/75--in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos--RJ --vol. 61--nº 137-- pp.89-112-- 1976.
- BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil-- 18 de setembro-- 1946.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil-- Emenda nº 1 -- 17 de outubro-- 1969.
- BRASIL. Constituição do Brasil-- 24 de janeiro-- 1967 .
- BRASIL. Lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961--Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- BRASIL. Lei 5692 de 11 de agosto de 1971--Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus-- e dá outras providências--Brasília-- 1971.
- BRASIL. MEC- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-- Catálogo do Banco de Teses-- Brasília-- vol.I-- 1976.
- BRASIL. MEC -- Departamento de Ensino Médio-- Habilitações profissionais no ensino de 2º Grau Brasília--Expressão e Cultura-- 1972.
- BREJON, Moysés (organizador)--Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus --SP-Livraria Pioneira -- 1973.

- 87
- BUENO, F. da Silveira-- Dicionário Escolar da Língua Portuguesa-- RJ-- Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME)-- 1976.
- CARVALHO, Maria Lúcia Rocha Duarte-- A Doutrina de Mary-Parker Follett--Algumas Implicações Na Escola- Tese de Doutorado--Campinas-- Mimiografada--1976.
- CUNHA, Luiz A.-- Educação e Desenvolvimento Social no Brasil -- RJ Livraria Francisco Alves-- 1978.
- CUNHA, Luiz A. -- O Mercado de Trabalho, Profissionalização no Ensino de 2º grau -- in Jorge Nogueira-- Educação Brasileira, Questões da Atualidade-- SP -- cap.3-pp.39-54-- EDART-- 1975.
- CUNHA, Nádya F. da -- O Acesso à Universidade-- in Anais da IV Reunião da Conferência Nacional de Educação--SP --vol.I--pp.85-138--22 a - 28 de junho--1969.
- CUNHA, Nádya F. da-- Sistemas de Ensino no Brasil como Instrumento de Discriminação Econômica e Extratificação Social--in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos--RJ -- vol.54-- nº 119-- pp. 61-71-- julho-setembro--1970.
- DIAS, José A. -- Sistema Escolar Brasileiro-- in Moysés Bregôn (organizador)-- Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus-- SP -- pp. 181-195-- Livraria Pioneira-- 1973.

EBEL, Robert L. (editor),  
NOLL, Victor H. (associate editor) and  
BAUER, Roger M. (editorial assistant)--DROPOUT: Causes  
and Consequences--in Encyclopedia of  
Educational Research--London--the  
MacMillan Company Collier--MacMillan  
Ltd-- 1969.

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional-- SP --RJ--vol.19 --  
1975.

FERNANDES, Florestan-- A Revolução Burguesa no Brasil--  
RJ--Editora Zahar--1975.

FERREIRA, A.B. de Holanda e  
J.E.M.M. Editores Ltda--Novo Dicionário Aurélio--RJ --  
Editora Nova Fronteira S/A-- 1975.

FREITAG, Bárbara-- Escola Estado e Sociedade--SP--  
EDART-- 1977.

FREITAS, M.A. Teixeira de -- A Evasão Escolar no Ensino  
Primário Brasileiro -- in o IBGE e a E-  
ducação-- RJ--vol.I-- Fundação IBGE --  
1941.

FREITAS, M.A. Teixeira de-- Ainda a Evasão Escolar no -  
Ensino Primário Brasileiro-- in o IBGE-  
e a Educação--RJ--vol.I- Fundação IBGE--  
1941.

GARCIA, Walter E.-- A Educação Brasileira é importada ?--  
in Revista Didata-- SP-- nº 4--pp.20--  
31-- Edições Loyola--1976.

GUANAES, Lair Piedra -- Reorganização da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (de acordo com o Dec. nº 7510, de 29/01/1976 Publicado a 30/01/1976)--SP --Editora Ática S/A--1976.

IANNI, Octávio-- Teorias de Estratificação Social--SP-- Editora Nacional-- 1973.

KESSEL, Moysês I.-- A Evasão Escolar no Ensino Primário-- in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos-- RJ -- nº 56--pp.53-72--outubro-dezembro--1954.

LOURENÇO FILHO, M. B.--A Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro -- in o IBGE e a Educação-- RJ--vól.I -- 1941.

LUZURIAGA, Lorenzo -- História de la Educaciõn y de la Pedagogía-- Buenos Aires-- Editora Losada-- 1964.

MELCHIOR, J.C. de Araujo-- Recursos Financeiros e o Ensino de 1º e 2º Graus-- in Moysês Brejon --Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus--SP --pp.165-179--Livraria Pioneira-- 1973.

MONROE, Paul -- História da Educação-- tradução e notas - de Idel Becker-- SP --Editora Nacional-- 1977.

NISKIER, Arnaldo-- A Nova Escola -- RJ --Editora Bruguera, 1971.

- OLIVEIRA, Therezinha de F.R. -- Estatística Aplicada à Educação -- RJ -- Livros Técnicos e Científicos-- 1974.
- PARTICIPAÇÃO DO MEC NO ORÇAMENTO DA UNIÃO -- in Folha da Manhã- SP - Sábado--03/09/1977.
- ROCHA, Diva Müller da -- A Problemática do Fluxo Escolar Através da Evasão e da Repetência-- Ensino de 1º grau--S M - RS--UFSM--1972.
- RUMMEL, Francis -- Introdução aos Procedimentos de Pesquisa em Educação-- tradução de Jurema-Alcides Cunha-- Porto Alegre-- Editora-Globo-- 1972.
- SÃO PAULO. Constituição do Estado de São Paulo de 1967.
- SÃO PAULO. Decreto nº 7510 de 29/01/1976-- in Legislação de Ensino de 1º e 2º graus --<sup>vol. nº 2</sup> Secretaria da Educação do Estado de São Paulo-- Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas--1977.
- SÃO PAULO. Emenda Constitucional nº 1 à Constituição do Estado de São Paulo de 1967.
- SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Educação, Plano Trienal 77-78-79-- SP --Imprensa Oficial do Estado S/A IMESP-- 1977.
- SÃO PAULO. Secretaria da Educação- Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-- Centro de Informações Educacionais (CIE) --Boletim Informativo--SP - ano 1, nº 1-- 1977.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação -- Atividades Desenvolvidas no período de outubro de 1972 a maio de 1973 --SP --1973.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação - Coordenadoria do Ensino Básico e Normal-- Departamento do Ensino Secundário e Normal-- Matrículas e Classes--in Revista DESN-nº 4- p.10--1974.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado dos Negócios da Educação do Estado de São Paulo-- Coordenadoria do Ensino Básico e Normal--Departamento do Ensino Secundário e Normal-- - Quadro Geral Total de Estabelecimentos de Ensino e Inspectores da Rede do Ensino Secundário e Normal -- in Revista DESN -- nº 1-- p.22--1972.

SAVIANI, Dermeval-- Análise Crítica da Organização Escolar Brasileira Através das Leis 5540/68 e 5692/71 -- in Walter E. Garcia--Educação Brasileira Contemporânea, Organização e Funcionamento --SP --pp.174-194-- McGRAW-Hill do Brasil ltda e FENAME-- - 1976.

SAVIANI, Dermeval-- Educação Brasileira, Estrutura e Sistema --SP -- Editora Saraiva--1973.

SELLTIZ, C.

JAHODA, Marie,

DEUTSCH, Morton e

SCOOK, Stuart W.--Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais-- tradução de Dante Moreira Leite --SP --Editora da USP--1967.



SEVERINO, A. Joaquim -- Metodologia do Trabalho Científico -- SP --Cortez & Moraes --1979.

SILVA, Geraldo Bastos-- A Educação Secundária--SP -- -  
Editora Nacional-- 1969.

SOCIEDADE EDITORIAL VISÃO LTDA -- Secretaria da Educação --  
ção -- in Revista Perfil--SP --pp.34-37  
--Abril de 1972.

TEIXEIRA, Anísio -- Educação no Brasil--SP --Editora Na  
cional--1969.

WARDE, Miriam Jorge-- Educação e Estrutura Social--SP --  
Cortez & Moraes-- 1977.

A N E X O S

ANEXO I.

Roteiro de entrevista empregado na coleta de dados.

Nas entrevistas, para levantamento das informações, foram contactados o delegado de ensino de Rio Claro, três diretores de escola, um orientador educacional, um supervisor pedagógico e dois funcionários de Secretaria, podendo ser tidos como principais os itens seguintes:

- 1) Como se processam os registros do movimento-escolar durante o ano letivo, nas escolas ?
- 2) Como se processam os registros do movimento-escolar durante o ano letivo, na Delegacia de Ensino ?
- 3) São os itens do Fluxo de escolaridade, isto é, a matrícula inicial, as transferências, as evasões, os ôbitos, as aprovações e reprovações, que lhe apresento, compatíveis com os registros escolares ?
- 4) Como costuma ser denominada a evasão nos registros escolares ?
- 5) Qual a possibilidade de os itens referidos acima serem encontrados na Delegacia de Ensino ?
- 6) Qual a possibilidade de esses mesmos itens do fluxo de escolaridade serem encontrados nas escolas?
- 7) Parecem-lhe muito elevados os índices de evasão escolar no ensino de 2º grau ?

8) Comporta-se diferentemente o fenômeno da evasão, em cada um dos antigos ramos de ensino, secundário, normal e técnico ?

9) Há alguma relação entre a evasão escolar e a origem social dos alunos evadidos ?

10) Pode-se afirmar que os alunos do curso colegial provêm de famílias com maior nível de escolaridade e melhor situação econômico-financeira ?

11) Pode-se dizer que os alunos do curso industrial provêm, em geral, de famílias com menor nível de escolaridade e piores condições econômico-financeiras ?

12) De um ponto de vista sócio-cultural, donde provêm, principalmente, a clientela do IEE "Cel. Joaquim Ribeiro" ?

13) Sócio-culturalmente, donde procedem, em sua maioria, os alunos que procuram o CTI ?

14) Que gostaria de acrescentar sobre os assuntos tratados nesta entrevista ?

Respostas aos itens constantes do Roteiro de entrevista

Basicamente, os conteúdos das respostas obtidas nas entrevistas foram estes:

1) No início de cada ano, são registradas, nos livros de atas, as evasões, as transferências e outras ocorrências após a matrícula inicial, referentes ao ano anterior. Fazem-se, também, os registros do movimento escolar nos livros de matrícula, anotando-se as ocorrências à medida em que elas têm lugar.

2) Mensalmente, a Delegacia de Ensino recebe das escolas os registros das ocorrências em mapas de movimento, segundo modelo fornecido pela Delegacia.

3) Sim. Entretanto, a ocorrência da evasão é designada sob formas diversas.

4) A evasão escolar pode aparecer sob as rubricas eliminado, desistente, matrícula cancelada, reprovado por falta, sendo mais usual a expressão desistente.

5) Existe a possibilidade, embora, talvez, não se encontrem todos os itens.

6) Nas escolas os registros são mais completos.

7) São menos elevados do que no ensino de 1º grau.

8) Sim. Mas, é necessário verificar os dados, para se ter uma idéia precisa de sua variação.

9) Certamente. É preciso, porém, verificar os dados.

10) Sim, geralmente.

11) Sim.

12) A maioria provém das famílias mais tradicionais, isto é, mais antigas da cidade, em geral com maior nível econômico e escolar.

13) Procedem de famílias com menor nível sócio-econômico e escolar, geralmente sem tradições estabelecidas.

14) É de muita importância e interesse o estudo da evasão escolar. Contudo, seu tratamento é extremamente difícil, devido principalmente a problemas nos registros escolares, como a falta de padronização dos termos indicativos de sua ocorrência e da ocorrência de outros fenômenos, seus correlatos, sendo necessária e desejável essa padronização. Há também dificuldades implicadas no movimento da clientela dentro e fora da escola.

ANEXO II

GLOSSÁRIO

Observações

1) Listados, a seguir, encontram-se alguns termos e abreviaturas de uso mais freqüente nesta dissertação. Reuni-os aqui com a intenção de facilitar ao leitor o seu entendimento, em lugar de repetir excessivamente suas definições no corpo do trabalho:

2) Os itens seguidos de duas estrelinhas passaram a existir a partir da reforma da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo Dec.nº 7510 de 29 de janeiro de 1976.

3) Os itens seguidos de uma estrelinha referem-se a entidades extintas com a reforma da Secretaria da Educação citada anteriormente.

CE\*- Colégio Estadual.

CEBN\*- Coordenadoria do Ensino Básico e Normal.

CEI\*\*- Coordenadoria de Ensino do Interior.

CENE\*- Colégio e Escola Normal Estadual.

CENP\*\*- Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

CERMGSP\*\*- Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo.

CESESP\*- Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo.

CET\*- Coordenadoria do Ensino Técnico.

CIE\*\*- Centro de Informações Educacionais.

COLEGIAL INTEGRADO\*- O mesmo que Colégio Integrado.

COLÉGIO (OU COLEGIAL) INTEGRADO\*- O mesmo que Colégio Unificado e Pluricurricular: um agrupamento de ramos de ensino, principalmente do antigo Colegial Secundário e Curso Normal, estruturado segundo a LDB (arts.34,37,§ único, assim com art. 44,§ 2º,art.49,§ 2º). Foi estabelecido em São Paulo pela Resolução 33/68 de 30 de dezembro de 1968, do Conselho Estadual de Educação. Fazia-se a diversificação na 3a. série, por áreas, como Artes, Ciências Administrativas, Educação etc.

COLÉGIO UNIFICADO E PLURICURRICULAR\*- O mesmo que colégio Integrado.

CONESP\*\*- Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo.

CTI\*- Colégio Técnico Industrial.

DE\*\*- Delegacia de Ensino.

DEB\*- Delegacia do Ensino Básico.

DESN\*- Delegacia do Ensino Secundário e Normal - ou Departamento do Ensino Secundário e Normal.

DET\*- Departamento do Ensino Técnico.

DRE\*- Divisão Regional de Educação.

DRE\*\*- Divisão Regional de Ensino.

DESISTÊNCIA- O mesmo que evasão.

EEPG\*\*- Escola Estadual de 1º grau.

EEPSG\*\*- Escola Estadual de 1º e 2º graus.

ELIMINADO- O mesmo que evadido.

ENRE\*- Escola Normal Rural Estadual.

EVASÃO- Abandono dos estudos antes de terminá-los.

EVADIDO- Que abandonou os estudos antes de terminá-los.

FECE\*- Fundo Estadual de Construções Escolares.

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

FUNDESP\*\*- Fundo de Educação do Estado de São Paulo.

GE\*- Ginásio Estadual.

GESC\*- Grupo Escolar.

IEE\*- Instituto Estadual de Educação.

IREP\*- Inspetoria Regional do Ensino Profissional.

MATRÍCULA CANCELADA-O mesmo que evadido.



Me- Matrícula efetiva: alunos matriculados que efetivamente frequentam.

Mf- Matrícula final: matrícula efetiva de dezem bro.

Mi- Matrícula inicial: matrícula do início <sup>de</sup> março, antes de qualquer ocorrência.

REPROVADO POR FALTA- O mesmo que evadido.

Te- Transferência expedida: alunos que se transferiram para outros estabelecimentos du rante o ano ap<sup>o</sup>s a matrícula inicial.

Tr- Transferência recebida: alunos que vieram - de outros estabelecimentos, por transferência, durante o ano, ap<sup>o</sup>s a matrícula inicial.